

Diego Tabosa da Silva
(Org.)



Serviço Social, ética e regulamentação da profissão: debates críticos

Coleção Serviço Social, História, Lutas e Compromissos

Diego Tabosa da Silva
(Org.)

Serviço Social, ética e regulamentação da profissão: debates críticos

Coleção Serviço Social, História,
Lutas e Compromissos

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Maria da Penha Brandim de Lima

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Roy

Diego Tabosa da Silva
(Org.)

Serviço Social, ética e regulamentação da profissão: debates críticos

Coleção Serviço Social, História,
Lutas e Compromissos

Livro: Serviço Social, ética e regulamentação da profissão: debates críticos. Coleção Serviço Social, história, lutas e Compromissos

Diego Tabosa da Silva (Org.)

Capa e diagramação
Jacqueline Duarte de Souza

Revisão linguística
Ana Caroline Lopes de Souza

DOI: 10.46551/978-65-86467-91-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Serviço social, ética e regulamentação da
profissão [livro eletrônico] : debates
críticos / Diego Tabosa da Silva (org.).
-- Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2024.
-- (Coleção serviço social, história, lutas e
compromissos)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86467-91-8

1. Ética profissional 2. Serviço social
3. Serviço social como profissão I. Silva, Diego
Tabosa da. II. Série.

24-243277

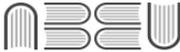
CDD-361.3023

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social como profissão 361.3023

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Editora Unimontes
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros, Minas Gerais, Brasil
CEP 39401-089, Caixa Postal 126
editora@unimontes.br
www.editora.unimontes.br

Filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação	6
1. Conservadorismo e Serviço Social: Reflexões a partir da formação profissional.....	16
2. 30 anos do código de ética da(o) assistente social de 1993: Mudanças e resistências	45
3. Serviço Social e luta antirracista: O trabalho das/dos assistentes sociais.....	73
4. Instrumentos e técnicas e o compromisso com os serviços prestados à população	97
5. A dimensão ético-política do Serviço Social e o enfrentamento às expressões do conservadorismo no cotidiano do trabalho profissional.....	116
6. Seminário regional Serviço Social, história, lutas e compromissos: Resgate histórico x desafios profissionais na atualidade	151
Sobre os(as) autores(as).....	170

Apresentação

É com muita alegria e satisfação que apresentamos este livro, que expressa o esforço e trabalho coletivo de um grupo de assistentes sociais comprometido com direção crítica da profissão. Nesta coletânea organizamos textos que se articulam às comemorações dos trinta anos do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social e da Lei que regulamenta a profissão no Brasil. Além disso, para nós da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, a data marca os vinte anos do curso de Serviço Social.

Assim, condensamos nessa publicação textos que versam sobre ética profissional, conservadorismo e o trabalho da/o assistente social. Para isso, lançamos mão das importantes contribuições de palestrantes que construíram conosco o *Seminário regional “Serviço Social, história, lutas e compromissos: 30 anos do Código de Ética e da Lei que regulamenta a profissão*

e 20 anos do Curso na Unimontes¹, realizado nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES². O Seminário teve como objetivo promover um espaço de qualificação, debate e reflexão acerca do Serviço Social, com ênfase nos trinta anos das legislações que orientam e normatizam o exercício e a formação profissional no Brasil (Código de Ética Profissional e Lei 8.662/1993 – Lei de Regulamentação da Profissão).

¹ Contou com o financiamento da FAPEMIG (Organização de Eventos – 3ª Entrada), a partir da submissão de proposta à Chamada 006/2022.

² Um evento deste porte só é possível se for um projeto coletivo, e este não foi diferente. Uma equipe potente contribuiu para que o Seminário pudesse ser realizado. Agradecemos, especialmente, a cada uma e cada um que dedicou um tempinho a mais para participar de nossa comissão organizadora, a contribuição de vocês tornou tudo isso possível. **Coordenação Geral:** Diego Tabosa da Silva, **Comissão Docente:** Barbara T. Sepulveda Barros, Geusiani Pereira S. e Nascimento, Leni Maria, Noêmia Silva Lopes, Romilda Sérgia de Oliveira, Viviane B. Gandra Brandão e Wesley Helker Felício Silva, **Comissão Discente:** Ângela Alves Pereira Freitas, Bianca Estefany Ribeiro Amaral, Charles Ribeiro de Souza, Emerson Luan Ramos Oliveira, Emyle Brito de Oliveira, Fabiana Bertolozo do Val, Flávio Oliva Veloso, Gabriel Vitor Souza Santiago, Gabriela Souza Lopes, Geovana Moreira Gouvea Alves, Izabella Lopes Viana Lacerda, Karen Grazielly Souza de Brito, Maria Fernanda Aguiar Fonseca, Maria Fernanda Soares Andrade, Maria Luisa da Silva Medeiros, Maria Madalena Rodrigues Silva, Marli Ferreira da Silva, Pedro Augusto Rocha Barbosa, Renata Suelen Fernandes dos Santos, Sarah Danielle Campos da Silva e Talitha Lis Oliveira de Araujo. Agradecemos também à Elisane e Rafael, que desde o planejamento até a execução, não mediram esforço para que tudo transcorresse bem. Nossos agradecimentos também à equipe de designer, gravação e filmagens. Valeu demais pelo carinho e competência com os quais vocês trataram nosso evento desde as primeiras conversas!

Neste evento, foram realizadas 144 inscrições antecipadas e 31 durante o seminário. Tivemos no auditório do Centro de Ciências Humanas da Unimontes, ao longo das 4 atividades, mais de 350 pessoas, entre profissionais e estudantes.

Além de Montes Claros, o evento atingiu diferentes municípios de Minas Gerais, os quais podemos destacar Belo Horizonte, Januária, Taiobeiras, Juiz de Fora, Verdelândia e participantes oriundos de Santos/SP e Goiás. Isso conferiu ao evento um importante destaque regional, visto que na sua primeira edição um alcance Nacional.

O *Seminário Regional Serviço Social, história, lutas e compromissos* se origina num contexto de comemorações, afirmação da história e projeção de futuro do Serviço Social Brasileiro. Falamos, neste ano, dos 30 anos do código de ética profissional e da lei que regulamenta nossa profissão e dos 20 anos do Curso na Unimontes. Durante as conferências e os minicursos realizados, revisitamos e reafirmamos nosso compromisso com os serviços prestados à população, na certeza de que a constante qualificação profissional é chave fundamental para isso. Tivemos debates incríveis, trocas sensacionais, embates e aprendizados. Para tudo, apresentamos esta publicação para darmos continuidade ao nosso objetivo de

ampliar o alcance e impactos deste evento entre profissionais e estudantes da área do Serviço Social.

Esta coletânea é composta por seis textos; cinco deles são reflexões oriundas das apresentações de nossas autoras no Seminário Regional e o outro é fruto das problematizações e análises mobilizadas pela organização e participação no evento. A tarefa de organizar esta obra foi extremamente prazerosa, dado o compromisso e cuidado de nossas autoras e o desejo de difundir conhecimento crítico e de qualidade, ao mesmo tempo nos impôs um grande desafio e responsabilidade em poder entregar às nossas leitoras e aos nossos leitores um material que possa contribuir com seu trabalho e formação, e possa corresponder à qualidade da produção de nossas autoras e nossos autores.

O primeiro texto deste livro, intitulado “*Conservadorismo e Serviço Social: reflexões a partir da formação profissional*”, é uma produção nossa, que emerge a partir de estudos acerca do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro atravessado significativamente pelas reflexões que constituíram o Seminário Regional. No texto “defendemos a necessidade de revisitarmos constantemente todo o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e de outros instrumentos de orientação ética da nossa profissão”.

O texto seguinte, de autoria de Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago (UNIOESTE), nomeado “*30 anos do Código de Ética da(o) assistente social de 1993: mudanças e resistências*”, buscou realizar uma breve passagem pelos dos Códigos de Ética que demarcam a história do Serviço Social brasileiro, com ênfase na atualidade dos princípios no instrumento normativo de 1993.

As contribuições de Waldeir Eustáquio dos Santos (PUC-Minas) expressas no texto “*Serviço Social e Luta Antirracista: o trabalho das/dos Assistentes Sociais*” lançam luz a um debate urgente e extremamente necessário. O autor nos convida à compreensão de que “para ser um assistente social antirracista o profissional deverá despir-se dos seus pré-conceitos; já que sua atuação exigirá um olhar atento às diferenças ao plural”, e isto não é simples, diante de um cenário cada vez mais complexo e que faz emergir uma forte onda conservadora e reacionária.

Na expectativa de refletir sobre os serviços prestados à população, como um dos princípios fundamentais presentes no código de ética de 1993, a produção de Fabiana Aparecida de Carvalho (PUC-Campinas), nos faz refletir acerca dos “*Instrumentos e Técnicas e o compromisso com os serviços prestados à população*”. Assim a autora nos convida ao diálogo:

sobre alguns dos instrumentos e da leitura necessária dos contextos e das demandas para que

sua utilização corrobore com o fortalecimento da democracia, com a socialização das informações e da efetivação de direitos”.

O penúltimo texto desta coletânea é uma produção da companheira Noêmia de Fátima Silva Lopes (Unimontes), e tem como título *“A dimensão ético-política do Serviço Social e o enfrentamento às expressões do conservadorismo no cotidiano do trabalho profissional”*. Com forte posicionamento e horizonte crítico, a autora demarca:

importância da dimensão crítica do Serviço Social para efetivação dos princípios éticos fundamentais, os quais orientam o projeto ético político que se posiciona de forma intransigente em contraposição ao conservadorismo”, e parte disso para construir seus argumentos e nos convidar ao debate e reflexão.

Para fechar nosso livro, contamos com as excelentes análises de Andréa Alice (UFRB). Ao nos propor o texto *“Seminário regional Serviço Social, história, lutas e Compromissos: resgate histórico x desafios profissionais na atualidade”*, a vice-presidente da Regional Nordeste da ABEPSS refletiu sobre os princípios do código e os desafios ao trabalho e à formação bem como do Serviço Social na atualidade. A autora conclui reafirmando que:

a superação da alienação da sociedade capitalista somente é possível por meio de um aprofundamento do conhecimento crítico da realidade social, do questionamento sobre esse modo de produção e seus respectivos elementos undantes.

Assim, as produções que compõem esta publicação, objetivam contribuir para reflexões teórico-metodológicas baseadas na teoria social crítica, e isso só faz sentido, pois elas trazem uma articulação com as dimensões ético-política e técnico-operativa. Refutamos qualquer tentativa de fragmentação ou hierarquização destas dimensões, visto que esta obra que entregamos ao público é fruto de um projeto que tem como fundamento a articulação das dimensões do trabalho profissional. Por isso tudo, registramos nosso muito obrigado pelo empenho, investimento e compromisso em construir e dividir, tão generosamente, tanto conhecimento. À Andréa Alice, Cleonilda Dallago, Fabiana Carvalho, Noêmia Lopes e ao Waldeir Eustáquio, nosso muito obrigado!

Esperamos com esta publicação trazer a vocês uma boa experiência acadêmico-científica e profissional. Que este produto, oriundo do Seminário de celebração dos 20 anos curso de Serviço da Unimontes e 30 anos das normativas do Serviço Social, possa demarcar nossa resistência em construir muitas outras décadas,

com muitas outras conquistas e muitos avanços. Boa leitura e muito obrigado a todas e todos.

Vida longa ao Serviço Social crítico e ao Curso de Serviço Social na Unimontes!

Montes Claros – MG, Outono de 2024.

Diego Tabosa da Silva (Organizador)

ARTIGO 1

Conservadorismo e Serviço Social: Reflexões a partir da formação profissional

Diego Tabosa da Silva

“Uma bala quase hétero
Etérea, massa, complexo
De não se entender
Um canalha quase hétero
Ignorar e amor por complexo
Medo de nele se ver
É necessário quebrar os padrões
É necessário abrir discussões
Alento pra alma, amar sem portões
Amores aceitos sem imposições”
(Etérea, Criolo)

INTRODUÇÃO

Partirmos de um entendimento de que para realizar uma coerente análise acerca do conservadorismo e o Serviço Social, é imperativo que realizemos a produção do conhecimento intrinsecamente articulada ao movimento do real e com um firme

direcionamento crítico. Assim, nessa linha argumentativa, para estudarmos a ética profissional não se pode abrir mão da compreensão do binômio dominação–exploração inerente ao sistema capitalista, e isso,

[...] exige a apreensão de elementos constitutivos do projeto ético–político profissional, na **busca da superação do ideário conservador e reacionário** na categoria profissional dos assistentes sociais que na atual conjuntura, vem encontrando possibilidades de se tornar ainda mais explícito, podendo inclusive perpetrar um sentido pragmático e que nega a dimensão ético–política da profissão em sua articulação indissociável com as dimensões teórico–metodológica e técnico–operativa do Serviço Social. (Fortuna e Guedes, 2020, p. 29).

A análise da realidade sócio–histórica brasileira e nela, o percurso da trajetória histórica da profissão, nos indica que não é fácil a tarefa de romper com o conservadorismo e o tradicionalismo, afinal só é possível vislumbrar esta ruptura a partir de um horizonte de superação do capitalismo. Logo, é necessário enfrentar este cariz conservador, expondo os valores que conforma suas entranhas, para que, no movimento da história possamos erodir este pensamento e o sistema que ele defende até sua derrocada e superação.

Às vésperas de completar 90 anos, o Serviço Social brasileiro tem sua trajetória histórica com fortes marcas do

conservadorismo e tradicionalismo. Apenas a partir dos anos 1960 é que a profissão vai encontrar com uma perspectiva crítica, assumindo esta direção social de forma hegemônica somente a partir da década seguinte. Este traço conservador, presente desde a gênese e com o qual intentamos romper até os tempos atuais, ronda “fantasmagoricamente” nossa profissão, e adentra por qualquer fresta possível no trabalho e na formação profissionais.

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO EM TEMPOS DE DISPUTA PELO PERFIL PROFISSIONAL

Tomando como ponto de partida para esta nossa breve incursão os estudos de Escorsim Netto (2011), compreendemos que não devemos confundir ou equiparar conservadorismo e tradicionalismo. Para autora, as “formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente” (p. 40) refere-se ao tradicionalismo³, enquanto por

³ Encontramos em Paulo Netto (2015, p. 156), a caracterização do Serviço Social tradicional como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa”. O Serviço Social brasileiro, segundo o autor, até metade da década de sessenta “não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se

conservadorismo, entendemos ser o pensamento prioritariamente contrário a qualquer revolução, “ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente contrarrevolucionário” (p. 49).

Se o projeto conservador nas suas origens era antiburguês e objetivava a restauração, a partir de 1848 ele altera a sua funcionalidade, ou seja, diante da irreversibilidade das mudanças geradas pelo capitalismo e com a impossibilidade da burguesia efetivar as promessas da modernidade, o pensamento passa a defender os interesses da nova classe social hegemônica, tornando-se contrarrevolucionária. A sua função passa a ser, a partir de então, contribuir para a manutenção da ordem burguesa, contrapondo-se ao novo protagonista revolucionário: a classe trabalhadora (Bonfim, 2015, p. 35).

Assim, numa tentativa de caracterização sumária do conservadorismo clássico, nos deparamos com valores como: a) o reconhecimento da autoridade e liberdade que são oriundas da tradição; b) a liberdade precisa ser sempre restrita; c) o entendimento da democracia como perigosa e destrutiva; d) a laicização é nociva; e) a razão é destrutiva; f) a desigualdade é natural e necessária (Escorsim Netto, 2011). Por mais que o debate

numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica” (p. 168-169)

aqui exposto se vincule ao conservadorismo clássico, muitos desses valores nos parecem familiar, estão presentes e configuram as expressões contemporâneas do conservadorismo na sociedade, e em particular na profissão. O destaque nesse movimento entre passado e presente está no culto ao irracionalismo e preconceito e na valorização da família – tradicional – como um grupo que media “a relação entre indivíduos e a sociedade” (Escorsim Netto, 2011, p. 67).

Não nos parece ser um exercício que exige um grande esforço, a compreensão de que os valores que residem nos fundamentos do pensamento conservador se colocam em “rota de colisão” com os princípios que a categoria profissional elegeu como centrais na formulação do projeto ético-político profissional a partir dos anos 1980. Sendo assim, o pensamento conservador, colide também com o projeto de formação profissional que é caudatário desse projeto ético-político. Portanto como informa Cardoso (2013, p. 181) este projeto profissional em:

sua dimensão teórico-metodológica será informada pelo pensamento marxista e sua dimensão ética por uma perspectiva emancipatória, rompendo com a ética tradicional do Serviço Social brasileiro.

A partir da matriz teórica marxista, o Serviço Social passa a apreender a profissão no conjunto das relações sociais de produção, superando sua endogenia, traço característico do conservadorismo

profissional. Também agrega uma dimensão política revelada pelo papel assumido pelas entidades representativas da categoria no fortalecimento da organização política dos(as) assistentes sociais, incluindo os docentes, articulando a produção de conhecimentos ao processo de formação, de intervenção profissional e militância política na profissão (Lewgoy; Souza, 2018, p. 181).

É a partir deste veio argumentativo que trazemos ao debate a formação que se consolida a partir da perspectiva crítica da renovação profissional, pois com isto nos encontramos com a “adoção de uma teoria crítica” como parte central da nova lógica constitutiva do projeto – e processo – de formação profissional. No contexto de uma lógica orientada por valores conservadores, esta perspectiva teórica será frontalmente atacada, afinal, ao encontrar na dinâmica revolucionária a sua maior potência, e se constituir como um importante horizonte teórico-prático para a profissão, é posta a todo tempo em xeque, é colocada constantemente em risco.

Diante do cenário de precarização generalizada e cristalização dos valores advindos do pensamento neoliberal, sem dúvida a adesão real ao projeto de formação capitaneado pela ABEPSS será um processo muito mais desafiador do que seguir o movimento “natural” do capitalismo e se “deixar levar pela corrente”, ou seja, é na esteira desse processo, a disputa entre os

perfis profissionais projetados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do MEC, se consolida.

As análises realizadas por Ortiz (2019) nos dão importantes subsídios para compreender as principais divergências entre as propostas de diretrizes para a formação em Serviço Social no país. De partida, analisando o **perfil profissional** exigido pelo MEC e pela ABEPSS, percebemos que o trecho “profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento” é comum às duas propostas, porém há diferenças significativas as quais pretendemos apresentar. Nota-se que o texto da ABEPSS é complementado pela informação de que este enfrentamento deve ser dar:

[...] por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (Brasil, 1999, p. 227).

Ao passo que o texto do MEC, que é por excelência uma proposta fraturada, informa apenas que é necessário a “capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a

inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (Brasil, 2001, p. 13). Apontamos uma questão que para nós parece central na comparação das duas propostas, a supressão do termo “crítico” e seus derivados. Logo a ideia de uma profissional com *formação intelectual e cultural generalista e crítica*, que a categoria profissional propunha, é intencionalmente suprimida pelo Ministério de Educação e Cultura. Também é negada a intrínseca relação entre perfil profissional e vinculação com os princípios e valores que preconizados pelo Código de Ética profissional, um importante componente que dá materialidade aos elementos constitutivos⁴ do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro.

No que concerne às **competências e habilidades** encontramos um importante esvaziamento no documento aprovado pelo MEC. Além da supressão dos elementos que compunham o conjunto de habilidade e competências, o texto do MEC irá mutilar a proposta da competência:

Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (Brasil, 2001, p. 13).

Assim esta proposta nos aponta uma nítida direção para a formação profissional: voltada ao mercado, acrítica, e que tome a realidade social de forma fragmentada.

Como fica nítido, nem de longe o mercado contemporâneo de trabalho deseja um profissional com perfil intelectual, ou seja, “aquele que articula qualificação operativa para intervir nas demandas apresentadas e base teórico–metodológica e ético–política para analisá–las”, o que se espera e cria–se condições para se produzir é o “técnico bem adestrado que opera instrumentalmente as demandas do mercado imediatamente apresentadas” (Netto apud Silva, 2022, p. 80). Este é um ponto que na nossa reflexão merece atenção para que possamos, assim como Guerra (2019), defender a ideia de que “não é qualquer tipo de formação que vale a pena. Há uma formação que deforma. E por que deforma? Porque constrói um sujeito à imagem e semelhança do mercado, da mercadoria, dos interesses do capital, do liberalismo e dos valores individualistas” (p. 113), precisamos ter nitidez do projeto de formação que defendemos para o Serviço Social e entender que este só é possível através de processos que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, se direcione para os interesses da classe trabalhadora e se desenvolva numa direção social crítica.

AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016

Apesar de não ser exclusividade das duas últimas décadas, neste período que assistimos a uma potente disputa pelo perfil profissional, como não se via desde período que marca o início do processo renovador – década de 1960. O cenário de crise capitalista, especialmente a partir dos anos 2000, nos coloca diante uma aguda crise civilizatória, reconfigura o Estado, as políticas sociais e complexifica e pluraliza as expressões da “questão social”, isto altera significativamente as configurações do trabalho profissional – das condições objetivas para a sua realização, passando pelas relações estabelecidas pelos contratantes, até à maximização das demandas que chegam às profissionais de modo cada vez mais diversos e em muitos casos indevidamente⁴ direcionadas ao Serviço Social.

⁴ De acordo com Horst, Araújo e Costa (2023, p. 3), “Requisições indevidas fazem parte do cotidiano profissional de assistentes sociais e comparecem no dia a dia por meio de atividades, práticas e serviços que não se relacionam com as normativas da profissão e tampouco com as finalidades do espaço sócio-ocupacional que aquela/e profissional ocupa”. A produção sobre a temática tem se avolumado e nos fornecendo importantes subsídios das análises. Destaca-se por exemplo os vários trabalhos apresentados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, em especial a mesa Coordenada do ENPESS no Rio de Janeiro no ano de 2022 e a sessão especial sobre o tema no 9º Encontro Internacional de Política Social – EINPS e 16º Encontro Internacional de Política Social – ENPS, realizado em 2023, na cidade de Vitória-ES. Esta produção pode ser conferida nos anais dos eventos citados.

No âmbito do mercado de trabalho do Serviço Social ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização), por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (Raichelis, 2018, p. 51)

Não parece exagero para nós afirmarmos que os acontecimentos da última década no Brasil foram determinantes para a promoção de transformações que irão reverberar por muitos anos. Desde o desfecho do pleito eleitoral de 2014, o clima de instabilidade sociopolítica e econômica parecia se firmar, um cenário que já vinha sendo desenhado desde a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, que devido sua trajetória possuía uma forte identificação com as camadas mais populares e com trabalhadores e movimentos sociais e sindicais⁵. Apesar de toda sua “habilidade política” – articulando um projeto político pautado nitidamente na conciliação de classes – com a qual conduziu o

⁵ Vale destacar que Luiz Inácio Lula da Silva, só consegue chegar ao poder duas décadas após de ter sido derrotado por Collor e pela mídia burguesa, nas primeiras eleições diretas pós-ditadura militar (1964–1985).

país ao longo de oito anos e conseguiu eleger sua sucessora, a então ministra Dilma Roussef, Lula não impediu que a burguesia e os setores mais conservadores do país mobilizassem forças e criassem alianças para constituir uma ampla frente capaz de disputar as eleições em 2014 com condições de impedir um segundo mandato de Roussef.

Lula da Silva, ao tentar conciliar a condução político-econômica do Brasil a partir do enfrentamento da ‘questão social’ por meio das políticas sociais neoliberais (com cores tupiniquins), abriu caminho para o aprofundamento da pobreza (ainda que com diminuição da miséria) e – mais grave – para o golpe que, em 2016, foi desfraldado pelos representantes da direita mais reacionária, conservadora e corrupta que tomou conta de nosso país (Leite, 2018, p. 25).

Para a direita brasileira a vitória nas urnas não veio, entretanto “o propósito de recolocar as rédeas do Estado brasileiro nas mãos do grande capital internacional e nativo” (Santos, 2019, p. 488) é alcançado através de um “golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial” (Braz, 2017, p. 88).

O golpe de Dilma significou o renascimento de fortes elementos do conservadorismo reacionário que estavam levemente adormecidos, em nosso país. Por isso, a derrubada de Dilma e do PT significou muito mais do que um atentado à democracia. Representou o momento da retomada da hegemonia das elites dominantes no Brasil. O momento que inicia o

estabelecimento de condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas, sem os entraves postos pela conciliação de classes (Paula, 2020, p. 244).

Concordamos com Iasi (2017, p. 380) quando nos indica que “o conservadorismo sempre esteve por aqui, forte e persistente”, afinal ele é expressão da luta de classes, ele “manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa”. Se este conservadorismo estava levemente adormecido, após o governo – ilegítimo – de Michel Temer, ele despertará com toda força, personificado no candidato Jair Messias Bolsonaro, que saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2018, beneficiado pela ambiência antipetista e na ausência de outros nomes da direita capazes de disputar o pleito nacional.

[...] a tradicional agenda conservadora do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros) não conseguiu emplacar uma candidatura de peso no processo eleitoral de 2018. Diante da ameaça de ver o PT voltar ao poder, a saída da direita foi apoiar a candidatura de Bolsonaro (Paula, 2020, p. 244).

Assim, a partir de janeiro de 2019, temos o início do governo Bolsonaro no qual sem pudores ou constrangimentos,

A agenda ultraneoliberal ‘mostrou sua cara’, primeiramente anunciando algumas das medidas que configuraram o projeto do ‘Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios’, às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Mas não restam dúvidas de que o principal movimento do núcleo econômico é a centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência nas tarefas da agenda governamental, colocando para andar o projeto do ‘Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos (Santos, 2019, p. 490).

Semelhante ao que encontramos na análise da história do Brasil no início dos anos de 1960 (momentos determinantes para o golpe de 1964), nos deparamos com um projeto que se pauta na necessidade de acelerar as condições para que a acumulação do capital se realize, temos, então, o fundamento da reação conservadora com a qual nos confrontaremos no Brasil no último decênio. Não é fácil o cenário que se apresenta para a sociedade brasileira pós-golpe de 2016, nele temos:

uma elite burguesa preconceituosa e intolerante; uma esquerda acuada e desorganizada; e uma massa de pessoas que se preocupam sazonalmente com a política, conforme acontecem os processos eleitorais ou os escândalos midiáticos (Paula, 2020, p. 245).

Mobilizado pelo discurso governamental, identificamos o eco e força que ganha o conservadorismo moral no interior da categoria neste cenário, entretanto, sem qualquer tendência ao fatalismo tão pouco ao messianismo, remetemos ao que Braz nos indicou em 2019, para compreender as possibilidades históricas sob as quais devemos organizar nossas análises/ações, diz o autor: “as conjunturas mudam, às vezes muito rapidamente, mesmo que a situação política geral permaneça inalterada em seus determinantes principais”, não devemos esquecer, portanto, que “a história de todas as sociedades até agora tem sido história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2008, p. 8). Isto envolve luta e resistência, envolve o reconhecimento de que estamos em um momento de disputa de perfil profissional, onde o rebaixamento da qualidade do ensino no âmbito do Serviço Social está em sintonia com a necessidade de formar profissionais funcionais ao estado penal e assistencial, ou seja um perfil profissional conservador, desse modo, precisamos responder nos apropriando e defendendo não apenas as diretrizes curriculares, mas todo o projeto de formação profissional e o projeto ético-político com o qual este se vincula, e aqui falamos da defesa de um perfil profissional crítico. Esta é uma tarefa cada vez mais necessária e urgente, em um cenário no qual nos deparamos com a emergência de diferentes expressões fenomênicas que revelam diferentes

projetos de contestação ao projeto ético-político profissional que se propõe crítico⁶.

CONTESTAÇÕES E DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Nossa intenção aqui é apontar de forma sumária algumas expressões contemporâneas que atravessam o Serviço Social brasileiro. Não nos escapa, em primeira análise, que estas tendências conservadoras de contestação ao projeto ético-político profissional, encontram no ambiente virtual “o solo” mais profícuo para sua condensação e espraiamento. Exemplo categórico disto é o “Serviço Social libertário”, que desde 2016 utiliza-se do *facebook* para difundir suas ideias, e rapidamente vai ampliando o número de “seguidores” saltando de 4.806 em novembro de 2019 (Morsch; Lewgoy, 2021) para 5390 em agosto de 2020, (Oliveira, 2021), um crescimento de mais de 10%⁷, em menos de um ano.

⁶ Oliveira (2021), em sua tese realiza uma importante pesquisa “a partir da análise de três páginas no Facebook que têm como proposta debater o Serviço Social para além do que vem sendo construído pelo chamado “pensamento hegemônico”, quais sejam, “Serviço Social Libertário”, “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social e Pluralismo”, tais expressões serão melhor detalhadas no item a seguir.

⁷ Ainda que as redes sociais tenham lugar central na difusão dessas ideias, não podemos ignorar que já temos atividades e eventos que vão além de postagem

Perfis e grupos como estes, nos colocam diante de expressões de uma renovação profissional que buscam revisar os traços das perspectivas conservadoras que figuraram na disputa pela hegemonia profissional no Brasil pós-64. Como tal, os defensores dessa retomada de uma profissão supostamente neutra, essencialmente técnica e alinhada ao projeto societário burguês, irão refutar qualquer aproximação com fundamentações teóricas críticas, como é o caso do pensamento marxista, que sustenta o projeto profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro. Para o “Serviço Social libertário” o marxismo é,

[...] uma teoria insustentável, ultrapassada e por ser considerado uma ideologia fracassada que não pode ser adotada por uma profissão. Consideram que o marxismo se volta apenas para o discurso, para a idealização de uma realidade e a defesa da revolução, impedindo o pensar do como fazer com as demandas sociais (Cisne, Cantalice e Lisboa, 2020, p. 322).

e interações assíncronas que buscam articular profissionais e discentes em torno desse projeto profissional anti-crítico. Citamos por exemplo o ENBRASSC – Encontro Brasileiro de Serviço Social clínico, evento online, que teve a 1ª edição promovida pela Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico – SOBSSC, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2020 e teve como objetivo: Oportunizar o encontro e diálogo de profissionais, pesquisadores, docentes, discentes de Serviço Social e áreas afins para atualização, reflexão e proposição de ações de qualificação, normatização e desenvolvimento do Serviço Social Clínico no Brasil e fortalecimento do intercâmbio internacional. Na segunda edição o ENBRASSC, aconteceu nos 24 e 25 de novembro de 2023, e de acordo com informações contidas no site, o evento foi organizado por Edson Marques Oliveira, Presidente da SOBSSC – 2020–2024, professor associado do curso de Serviço Social da Unioeste, Campus de Toledo-PR.

Como mencionado, o “Serviço Social libertário” e seus defensores, promovem ataques ao marxismo, sob a justificativa de é necessário “retirar a “ideologia” e “doutrinação” da postura profissional do Assistente Social, bem como dos quadros de formação acadêmica” (Chagas; Lisboa, 2022, p. 5). O grupo “libertário”, segundo Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 318),

tece críticas relacionadas aos ideais presentes na hegemonia da categoria profissional, bem como delineia a defesa da garantia dos direitos sociais pela via do livre mercado, ou seja, ratifica a perspectiva neoliberal e neoconservadora.

Para nós outro ponto que este avanço conservador no interior da categoria merece destaque é a sua pretensa organização e articulação e tentativa de apresentar algum cariz teórico-metodológico. Consideramos isto importante, para que nos atentemos de que se trata de uma disputa no interior da categoria profissional, trata-se da contraposição de projetos que tem seus adeptos e seus críticos. Não estamos lidando com ações episódicas, isoladas ou individuais, que são incapazes de reverberar no coletivo profissional⁸. Isto é muito importante,

⁸ Apesar de centrarmos nossa exposição nas “formulações” do “Serviço Social libertário”, não podemos ignorar as páginas nas redes sociais que podem ser

principalmente porque o projeto conservador, se banha nas armadilhas neoliberais – que fundamentam e naturalizam ideias como meritocracia, individualização e competitividade por exemplo – e dialoga a partir de uma comunicação de amplo alcance, fácil “consumo” e sem compromisso com qualquer rigor teórico-metodológico que proporcione uma leitura da realidade sob a perspectiva da totalidade. Entretanto isso não pode significar que não há um exercício de elaboração “teórica” que sustente e amplifique essas ideias renovadoras contrarrevolucionárias – conservadoras. Uma das expressões disto é o documento intitulado “23 teses para reformar o Serviço Social”, de autoria de Edson Marques de Oliveira, doutor em Serviço Social titulado pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita – UNESP e docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A partir do referido documento, Cisne, Cantalice e Lisboa (2020) informa que em suma ele visa,

[...] a “renovação” do Serviço Social por meio do resgate das raízes da profissão; da adequação da instrumentalização desenvolvida por Mary Richmond para a atualidade; da manutenção da centralidade no ser humano; da dissociação da profissão da militância; do fim da **hegemonia vinculada à teoria**

tomadas como suas variações, como por exemplo: “Serviço Social e pluralismo” e “Serviço Social conservador”. (Cf. Oliveira, 2021)

social crítica; da desarticulação da defesa de toda causa social; da defesa que as entidades devem preocupar-se com a regulamentação de novos espaços como o Serviço Social clínico e não em levantar bandeiras de luta; da superação da hegemonia política, partidária e ideológica e da separação da profissão da militância para que a profissão se dedique ao que realmente importa: “o que faz o Serviço Social”, ‘como faz’, ‘quais os resultados esperados do que faz’ etc” (319, grifos nossos).

A negação ao pensamento marxista é um ponto central nessas tendências contestatórias que se desenvolvem a partir de grupos profissionais que se colocam opostos ao projeto ético-político crítico do Serviço Social⁹. Contraditoriamente, para defender a negação do marxismo, sustentam-se num pretenso pluralismo, sob a ideia de “que os profissionais devem ter liberdade de pensamento e de escolha sobre seu embasamento teórico” (Serviço Social Libertário apud Oliveira, 2021). Como já vimos é exatamente a partir do diálogo com o pensamento marxiano que a profissão considera o pluralismo e as diversas possibilidades de análise e intervenção profissionais no embate com o ecletismo. Assim, hegemonia e pluralismo não são antagônicos, como interpreta os “renovadores libertários”, ao

⁹ Dizemos isso, pois cabe estudos para compreendermos se há – e como de se desenvolvem – contestações ao projeto profissional no interior do quadro profissional que se apresenta como signatário ao legado crítico da renovação do Serviço Social no Brasil.

contrário, a pluralidade “deve expressar uma direção social, ainda que estratégica, que expresse a posição social, de classe, a ser defendida e explicitada” (Silva, 2022, p. 73). Sob um discurso de que há “uma espécie de ditadura no Serviço Social fazendo com que apenas determinados temas sejam aceitos no interior da categoria” (Morsch e Lewgoy, 2022, p. 5), a “tese libertária” não consegue apresentar uma análise aprofundada sobre o pluralismo – e diga-se de passagem, os textos sempre sintéticos e em formato de post, pouco, ou quase nada, aprofunda qualquer uma de suas formulações –, por isso destacamos que somos defensores da:

Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993)

Um dos princípios do Código de Ética Profissional que vige desde 1993. Mas, concordamos com Silva (2022), quando este assevera que não é possível, sob a justificativa do pluralismo, conviver com:

[...] indivíduos e organizações que justificam e defendem propostas de regressão civilizatória em vários níveis (**com estes não existe pluralismo**); o debate plural, radicalmente crítico, com **alianças políticas pontuais**, com aqueles segmentos que creem na convivência produtiva entre capital,

capitalismo, democracia, liberdade e direitos (p.74, grifos nossos).

Na esteira e sob inspiração dos debates conservadores reanimados pelas “23 teses para reformar o Serviço Social”, vemos emergir a reivindicação da restauração do Serviço Social clínico, sob a ótica de ampliação de campos de atuação profissional, sem levar em consideração, não de forma ingênua, mas ao contrário, desconsiderando funcionalmente os impactos que estas práticas podem causar no significado social da profissão. Como aponta Cunha e Nunes (2020),

A intervenção profissional do Serviço Social clínico, então, incorpora teorias biológicas, psicológicas para adentrar nas manifestações comportamentais dos processos conscientes e inconscientes, uma atuação relacionada aos danos e desordens mentais, cognitivas, emotivas, afetivas e das incapacidades de desenvolvimento, voltada às disfunções de ordem biopsicossocial, a qual demarca claramente a restauração das determinações conservadoras presentes na gênese da profissão, alinhadas aos avanços conservadores da sociedade contemporânea (p. 343).

Temos ainda ações profissionais que revisitam e flertam com práticas terapêuticas, se utilizam da constelação familiar e de outras práticas psicologizantes, promovendo uma verdadeira viagem ao passado da profissão e constituindo uma intensa

disputa no Serviço Social, que coloca em confronto os perfis crítico e conservador no interior do trabalho e da formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante portanto de uma inflexão importante no interior da categoria profissional, que nos apresenta sem qualquer desvio uma forte disputa de hegemonia na categoria profissional e por isso, uma disputa de perfil profissional. Ou seja, na atualidade temos a projeção de dois perfis profissionais, aquele formado sob um projeto “cujo compromisso é com a perspectiva crítica e o projeto ético-político”, e outro, formado a partir de orientações que estão voltadas

exclusivamente, para o mercado de trabalho, muitas vezes baseadas na ideologia neoliberal do empreendedorismo, do voluntariado, da subjetividade e da culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso profissional (Cunha e Nunes, 2020, p. 329).

Neste sentido, atender ao chamado do mercado por este perfil profissional sem reflexões e mediações necessárias, é o mesmo que assumir a retomada profissional por uma intervenção que renuncia às lutas e conquistas que foram coletivamente

acumuladas ao longo de toda a trajetória profissional. É abdicar de todo o legado teórico, ético e político que com muita dificuldade e resistência, o Serviço Social brasileiro construiu ao longo, principalmente das última cinco décadas.

Em tempos de crise avançam o conservadorismo e o irracionalismo, reiteraões em favor de um status quo e do resgate de uma classe dominante decadente, intensificando a opressão e exploração de classe, sexo e de raça, mas também de sexualidade e de geração. Entretanto, dialeticamente, há construção de resistências e lutas contra-hegemônicas (Cisne, Cantalice e Araújo, 2020, p. 324).

É por tudo que aqui expusemos que defendemos a necessidade de revisitarmos constantemente todo o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e de outros instrumentos de orientação ética da nossa profissão. Destacamos aqui, o Código de Ética Profissional, que em 2023 completou 30 anos e mobilizou muitos debates e atividades, entre elas o Seminário Regional *Serviço Social história lutas e compromissos*, que tem, nos textos que se seguem a este, os registros das análises apresentadas durante sua realização. adensar a apreensão de sua lógica constitutiva, fazendo com ela se expressa em todos os espaços de trabalho e formação profissionais, e ainda reforçarmos o compromisso com os

princípios que orientam o projeto político crítico do Serviço Social, do qual faz parte as diretrizes curriculares.

É tempo de arregaçar as mangas e lutar com todas as armas de que dispomos, enquanto ainda há condições para que a luta aconteça. Posições políticas não estão soltas no ar. São parte do cotidiano dos seres humanos que as constroem. É tempo de enfrentar o desafio e realizar o sonho! É tempo de transformar os horizontes de espera em portos de chegada (Leite, 2018, p. 40).

Três décadas depois da emergência dos documentos que registram e adensam a formulação do projeto de formação profissional crítico, retomá-los sob a ótica da totalidade, parecer ser uma tarefa estratégica para nos abastecer de potência crítica e resistência em defesa do Projeto ético-político profissional, diante deste cenário tão desafiador e repleto de “armadilhas e fantasmas”. Em defesa da direção social crítica do Serviço Social, seguimos resistindo.

REFERÊNCIAS

BONFIM, P. *Conservadorismo Moral e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

Brasil. MEC/SESu. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares – Curso: Serviço Social*. Brasília, 1999. *Temporalis*, Brasília (DF), ano VII, n. 14, p. 199–249, jul./dez. 2007.

Brasil. *Parecer MEC CNE/CES n. 492 de 4 de julho de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*.

BRAZ, M. *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85–103, jan/abr. 2017.

CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.

CHAGAS, D. E. S; LISBOA, M. N. *Serviço Social libertário: uma análise da presença conservadora no Serviço Social na contemporaneidade*. In: *Anais do IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos*. Londrina-PR, 2022.

CISNE, M; CANTALICE, L. B. O; ARAÚJO, L. *“Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora*. *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 307–327, jul. / dez. 2020.

CUNHA, A. D; NUNES, A. *Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social Clínico: implicações para o projeto ético-político profissional*. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 328–350, jul/dez. 2020.

NETTO, L. E. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011

FORTUNA, S. L. A; GUEDES, O. S. *A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social*. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25–33, jan/abr. 2020.

GUERRA, Y. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais. In: GUERRA, Y; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G. (Orgs). *Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos*. Campinas: Papel Social, 2019, p. 107–128.

HORST, C; ARAÚJO, E. A. A; COSTA, E. A. *Requisições indevidas no trabalho de assistentes sociais na política de assistência social em Minas Gerais*. In: Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social. Vitória–ES, 2023.

IASI, M. *Política, Estado e Ideologia: na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.

LEITE, J. L. *Pontos de partida e horizontes de espera: A conjuntura brasileira após o golpe de 2016*. In: MONTAÑO, C; LEITE, J. L; GUERRA, Y (Orgs.) Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018, p. 21–42. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, v. 5)

LEWGOY, A. M. B; SOUZA, M. A. S. L. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectiva da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Y [et al]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175–216.

Marx, K; Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORSCH, C; LEWGOY, A. M. B. *Tendências teórico-políticas dos Assistentes Sociais no facebook*. In: Revista Argumentum, Vitória-ES, v. 13, n. 1, p. 167–186, jan/abr. 2021.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, A. L. A. *Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade*. Rio de Janeiro, 2021. 421f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

ORTIZ, F. G. Formação profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impactos e desafios. In: GUERRA, Y; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G. (Orgs). *Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos*. Campinas: Papel Social, 2019, p. 215–240.

PAULA, L. G. P. *A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir: impactos e estratégias possíveis*. Revista Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros-MG. V. 4. N. 2, jul/dez de 2020, p. 236–260.

RAICHELIS, R. *Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo*. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018, p. 25–65.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 478–496, set/dez. 2019

SILVA, J. F. S. Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica. In: SILVA, J. F. S. (Orgs.) *Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições ao debate latino-americano*. São Paulo: Cortez, 2022, p. 57–101.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O Projeto Ético–Político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 185–200

ARTIGO 2

30 anos do código de ética da(o) assistente social de 1993: Mudanças e resistências

*Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago*¹⁰

*Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal,
contudo está ao meu alcance descrever o que, na
sociedade existente, não é ideal para nenhuma
espécie humana em sociedade.*
(Florestan Fernandes)

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo central preparar estudos para participar do evento Seminário serviço social, história, lutas e compromissos: 30 anos do Código de Ética e da Lei que regulamenta a profissão e 20 anos do Curso na Unimontes. O evento em questão contou com uma equipe de profissionais atentos e engajados no trabalho coletivo para possibilitar um

¹⁰ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduados em Serviço Social da UNIOESTE – campus de Toledo-PR. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

momento de diálogo, articulação e fortalecimento da luta dessa categoria profissional. Além disso, visa revisitar a história do Serviço Social, bem como a luta de uma profissão que inicia sua caminhada marcada por uma identidade atribuída, (conforme fundamenta grandiosamente minha orientadora e amiga que tenho a maior estima Maria Lúcia Martinelli), e que no decorrer da caminhada pôde contar com profissionais comprometidos(as) com a história do(a) trabalhador(a) brasileiro(a), enfrentando e desmistificando as reais relações de trabalho afetadas pelos interesses econômicos.

Analizamos que foi nesse enfrentamento de desvelamento das relações estabelecidas na sociabilidade do capital que, durante as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990, a categoria faz uma crítica a identidade atribuída para poder caminhar rumo a uma identidade construída por profissionais assistentes sociais atentos ao movimento real da sociedade, das relações econômicas, políticas e sociais. É importante destacar que, diante do movimento conservador que assola o país por anos a fio, a luta é árdua, porém somos uma categoria persistente nas lutas e que não desiste no primeiro obstáculo. Considerando que, a partir da aprovação do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1986, os princípios éticos conquistados se expressam no compromisso com a classe trabalhadora, na efetivação de seus direitos com a

democracia, com a construção de uma nova forma de sociabilidade justa e igual, na negação da exploração, do preconceito, da discriminação e da alienação. Estes princípios encontram no caminho desafios gritantes no enfrentamento de uma moralidade burguesa que se recicla e se fortalece nos últimos tempos com o neoconservadorismo pautado no individualismo, na concentração do capital nas mãos de poucos em detrimento da exploração do trabalhador.

Isso posto, reafirmamos que revisitar a história tem revelado o quanto essa profissão tem avançado nas discussões dos direitos da classe trabalhadora, compreendendo as formas de explorações presentes nos salários e na carga horário de trabalho em meio a uma alienação desgovernada. Advertimos que no conjunto dessa conjuntura, a categoria faz a revisão do CE de 1986 e aprova o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993; aprova também uma nova lei de regulamentação de 1993 e novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. Tais aprovações significaram um salto para a profissão, produzido a partir de um acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que são resultantes de uma trajetória histórica comprometida com o tempo presente.

Diante do exposto, programamos para essa mesa o propósito de analisar: a) o período que caracterizamos como a identidade atribuída à profissão, na compreensão dos valores que orientaram os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975; b) no segundo momento, iremos apresentar a defesa do que conceituo como identidade construída pela categoria profissional, considerando a aprovação do Código de Ética de 1986 e a sua revisão que culminou na aprovação do Código de Ética de 1993. Para isso, argumentamos sobre a importância de historicizar, questionando se é possível, de fato, entender a realidade por ela mesma. Penso e analiso a partir de quê? Partimos da preposição de que sem conhecer o movimento real da história podemos nos equivocar na análise, na apreensão e que quem erra na análise erra na ação, questão seríssima para uma profissão que requer uma análise da totalidade das relações econômicas, políticas, de trabalho e sociais para responder com compromisso e envolvimento às respostas das relações de direitos da classe trabalhadora. Assim, surge uma pergunta essencial: o que me orienta ou vai me orientar enquanto profissional, um referencial teórico ou o senso comum?

Ademais, agradeço imensamente o convite de ter participado da mesa junto com o prof. Charles Toniolo, para discutir os fundamentos do Serviço Social, no trato ao Código de

Ética da Profissão e da Lei de Regulamentação, que muitas vezes ficam esquecidos no tempo presente como algo ultrapassado.

Diante de tais propósitos, o artigo foi dividido em três partes. Em um primeiro momento, optou-se em realizar uma breve passagem pelos dos Códigos de Ética que demarcam a história do Serviço Social brasileiro, identificando suas bases de fundamentação teórico-metodológica que nortearam uma intervenção profissional regida por uma identidade atribuída à profissão. No segundo momento, apresentamos um estudo que aponta, no movimento da história, a conquista de uma identidade construída que resulta no trabalho coletivo do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993, na elaboração de princípios fundamentais que na articulação com os artigos que o compõem e exprimem uma direção social de defesa da classe trabalhadora. No terceiro momento, foram apresentadas as considerações finais aproximativas, que retratam um movimento dialético de mudanças dos Códigos de Ética da profissão Serviço Social, na difícil tarefa da transição de uma identidade atribuída para uma identidade construída¹¹ a partir da aproximação com a teoria

¹¹ De acordo com Martinelli (2010, p.158-159), o Serviço Social é uma profissão que surge na década de 1930 no Brasil em um cenário histórico com uma identidade atribuída pelo capitalismo. Foi no movimento histórico de contradições, libertando-se das amarras alienantes de um sistema e de práticas reducionistas que caminharam para uma participação coletiva de enfrentamento com a relação capital e trabalho. “É preciso romper a

social de Marx. Essa aproximação impulsionou novos conhecimentos teóricos com transformações basilares para a aprovação do Código de Ética de 1986 e sua revisão rumo a aprovação do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 que, pela primeira vez, apresenta onze princípios fundamentais para analisar e compreender a realidade concreta na qual se inserido o trabalho profissional da(o) assistente social.

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DA(O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1947, 1965, 1975: CONTEXTO DE UMA IDENTIDADE ATRIBUÍDA

Partimos do pressuposto de que os valores éticos são necessários e referências para a vida social, são balizes para a convivência entre sujeitos coletivos, suas vontades, intencionalidades, valores, desejos e aspirações, sempre buscando apontar um direcionamento para vida em sociedade. Logo, se a ética tem um papel de referência para a vida em sociedade, o que significa pensar a ética em um pressuposto profissional? Primeiramente, vamos ponderar que temos na vida em sociedade, para algumas profissões, a ética especializada numa determinada prática, concebida como ética profissional,

estagnação e realizar a travessia, pois ‘é no meio da travessia que o real se dispõe para a gente’”, e, foi no meio da travessia que a identidade profissional foi se construindo coletivamente pela categoria profissional.

que passa a ser válida para todos os integrantes da categoria profissional correspondente. Portanto, a orientação dessa ética profissional, com valor universal e indiscriminado, possibilita a elaboração oficial de um código de ética, o qual ganha respaldo jurídico e institucional. Por determinação estatutária, cada profissão deve estabelecer seu código de ética, que servirá para regulamentar a profissão no seu aspecto normativo e jurídico.

À medida que a divisão do trabalho avançou, especialmente a divisão técnica do trabalho, passou a existir um controle sobre isto e a moral passou a se revelar como forma de controle dos grupos de trabalho sobre os indivíduos. É evidente que, com a separação e privatização do mundo do trabalho, passou a formular-se o controle moral dos trabalhadores via Estado. A partir do momento em que o mundo se privatiza, passa-se a dizer que a moral é uma questão de interesses coletivos, logo se torna, é claro, uma questão do Estado. [...] [Portanto] nos processos de trabalho em que há uma grande margem, vazios com grande autonomia técnica dos profissionais, em que estes usufruem de liberdade, começam a aparecer os receituários, os códigos de ética. E como o Estado é o foro do interesse público, tende a ser editado por impulso legal. [Pode-se dizer que] Os primeiros códigos de ética que surgiram são, obviamente, controle, via órgão estatais, sobre os profissionais [...] (Simões, 2000, p. 67-68).

Podemos, com essas colocações analisar que os primeiros códigos profissionais, pensados após a formação da sociedade capitalista, serviam como um receituário do “como fazer”, de

forma autoritária e controladora, sem possibilidade de análise e reflexão da vida em sociedade. Porém, tendo a ética como parâmetro da vida em sociedade, acreditamos em seu papel de elucidar o sentido das opções frente aos dilemas e alternativas profissionais e societárias.

Neste sentido, Paiva *et al* (2000, p. 166–167) apresentam que a ética com referência às profissões diz respeito a um conjunto de normas e princípios orientadores das relações entre as profissões e a sociedade. Para as autoras, a ética profissional pode ser avaliada a partir de duas dimensões:

como espaço de reflexão teórica sobre os fundamentos da moralidade e como resposta consciente de uma categoria profissional às implicações ético-políticas de sua intervenção, indicando um dever ser no âmbito de determinada projeção social.

Analisamos, assim, que a ética profissional não se restringe a normatizações morais, às determinações de direitos e deveres, mas abarca escolhas teóricas, ideológicas e políticas de uma categoria profissional. Para Barroco (2001), pensar na ética profissional, um código de ética, requer compreender sua natureza, que é constitutiva das esferas teórica, moral prática e normativa:

Esfera teórica: trata-se das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e de sociedade.

Esfera moral prática: diz respeito: a) ao comportamento prático individual dos profissionais relativos às ações orientadas pelo que se considera bom/mau, aos juízos de valor, à responsabilidade e compromisso social, à autonomia e consciência em face das escolhas e das situações de conflito; b) ao conjunto das ações profissionais em sua organização coletiva, direcionada teleologicamente para a realização de determinados projetos com seus valores e princípios éticos.

Esfera normativa: expressa no Código de Ética Profissional, exigido, por determinação estatutária, de todas as profissões liberais. Trata-se de um código moral que prescreve normas, direitos, deveres e sanções determinadas pela profissão, orientando projeto profissional com uma direção social explícita (Barroco, 2001, p. 40-41).

As contribuições de Barroco (2001) explicam o equívoco de considerar a ética, a partir do código de ética, somente dentro de uma visão legalista, como um conjunto de obrigações formais, já que essas esferas só são válidas considerando-as a partir de um movimento dialético que as compõem. Tal movimento aponta o caráter legal em meio à escolha com autonomia e responsabilidade, visto que os valores filosóficos que se apresentam em um código são escolhas advindas de uma categoria profissional, de uma organização coletiva que deliberou uma direção social à sua prática e não uma imposição do Estado.

Podemos afirmar, na esteira de Barroco (2001), que não existem ações particulares, mas ações profissionais; logo, tomar decisões com responsabilidade, consciência e autonomia frente a uma profissão é compreender que sua ação individual deve decorrer de decisões de acordo com que o coletivo desta categoria deliberou em um determinado contexto histórico. Somente assim responderemos a uma esfera normativa, conhecendo os valores presentes no código de ética, não o tomando como regras meramente formais, mas como possibilidade de resguardar uma prática profissional e os direitos dos usuários através de suas normas, regras e sanções.

Na esteira de Barroco (2001), podemos afirmar que a ética concede às profissões um norte, um caminho orientador para a intervenção profissional, sob determinada ótica e em consonância com determinados valores. Ela aponta uma direção social e política, visto que não há valores éticos de neutralidade; a ética não comporta omissões, ela tem um posicionamento de valor, uma direção social bem definida em prol da liberdade do ser social e da equidade social.

Por conseguinte, entendemos que é essencial apreender a natureza da ética profissional, suas esferas, à medida que a esfera teórica, como o próprio nome diz, emana um embasamento teórico-metodológico para a intervenção profissional. Trata-se da

concepção filosófica que fundamenta a análise das diversas categorias presentes na realidade social da intervenção, com a plena convicção de que: quem se equivoca na análise, se equivoca na ação. No caso específico do Serviço Social, até a década de 1960, seus Códigos de Ética tiveram forte influência do conservadorismo e do pensamento neotomistas, fundamentações que apresentam uma análise superficial das relações sociais não questionando as contradições geradas pela sociedade capitalista.

Respectivamente, o movimento da história do Serviço Social no Brasil aponta um movimento marcado por cinco códigos de éticas. De acordo com Barroco (1996), os três primeiros Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro (códigos de 1947, 1965 e 1975) foram marcados por concepções filosóficas do neotomismo¹², eles “reproduzem a base filosófica humanista cristã e a perspectiva despolitizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional”. Assim, os Códigos de 1947 e de 1965 emanavam o pensamento neotomista e reproduziam valores que tendiam a regular o comportamento dos homens, das mulheres, das crianças e dos jovens.

¹² “Retomada do pensamento de São Tomás de Aquino [um teólogo dominicano que escreveu uma obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica], a partir do papa Leão XII, em 1879” (Yazbek, 2000, p. 22). Segundo Paiva et al (2000, p. 159), o neotomismo consagrava nesses Códigos de Ética valores abstratos e metafísicos como ‘bem comum’ e ‘pessoa humana’.

A ausência de identidade profissional, de projeto profissional específico, produzia uma grande fragilidade em termos de consciência política, de consciência social. No processo organizativo, na prática política, na identidade de interesses, na compreensão das contradições inerentes à própria prática e ao regime capitalista enquanto tal, a profissão havia caminhado muito pouco (Martinelli, 2010, p. 131).

Passadas as décadas de 1950 e adentrando na década de 1960, o Brasil vinha atravessando uma ampliada reprodução da pobreza, da fome e de doenças. Na continuidade de sua tese, Martinelli (2010) acrescenta que o país envolvido no movimento de expansão do capital dispndia sua atenção às questões econômicas e de políticas externas do que com as questões sociais internas. Tais questões vão se agravando, a lutas de classes e os movimentos sociais vão ganhando as ruas, tendo como resposta imediata o golpe de Estado de 1964, com a destruição violenta e radical da organização da classe trabalhadora.

É importante, nesse movimento, compreender que a história ensina que os momentos de crise podem ser também um momento de negação para a construção do novo. É exatamente nesse processo que a profissão começa a contar com um segmento mais crítico, liberto da alienação, a caminho da análise

das contradições presentes na sociedade capitalista, na negação do aparente, de práticas imediatistas e individualistas, insensíveis à realidade, com atividade meramente burocrático-institucional.

A década que se segue leva consigo um movimento na profissão de seguimentos mais críticos da categoria profissional e, de outro lado, profissionais ideologicamente identificados com o mundo capitalista. Um grande movimento¹³ toma forma constituindo no interior da profissão com discussões permeadas por posições alienadas e de crítica às contradições presentes.

Apesar da categoria compor seu quadro profissional com posicionamentos críticos, tivemos a aprovação de mais um código de ética, o de 1975. Mais uma vez, foi mantida uma direção social de continuidade dos anteriores, reafirmando a posição acrítica defendida pelo neotomismo e, ao mesmo tempo, acrescentando ideias do personalismo. O Código de Ética de 1975,

não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura, [...] [logo, se tem] a possibilidade de

¹³ “movimento que no âmbito da profissão recebeu a denominação de Movimento de Reconceituação, [onde os profissionais críticos] assumiram, como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a crítica, tal Movimento procurou aglutinar em torno de seus objetivos a maior parte dos agentes profissionais.” (Martinelli, 2010, p. 143)

utilização do personalismo por tendências ideologicamente opostas.

O personalismo passa a fazer parte dos valores contidos nesse Código, com posicionamento de valor que se evidencia enquanto movimento de ideias e se propõe à humanização da existência, a uma ação ética valorizadora da pessoa humana, considerando-a centro e fim da vida em sociedade. (Barroco, 1996, p. 255).

Nessa contratendência, em curso, podemos afirmar que:

A contradição básica entre alienação e crítica, entre prática conservadora e prática política, revolucionária, se não totalmente resolvida, ao longo do tempo tornou-se uma contradição consciente e assumida. A própria identidade, no curso desse processo dialético, deixou de ser encarada como algo estático, imóvel e definitivo. Posta em seu lugar no cerne do movimento, envolvido por múltiplas forças contraditórias, a identidade começou a ganhar uma nova dimensão de força viva, de movimento permanente, de construção incessante (Martinelli, 2010, p. 147).

Portanto, nas configurações da formação da ética profissional em Serviço Social, de sua origem até o processo de renovação da profissão, seus fundamentos centravam-se nas bases ético-morais, em que a legitimação do trabalho dimanava da intencionalidade do profissional sem valorização teórica. Foi

somente a partir da aproximação com o pensamento social de Marx que a profissão inicia um processo de desenvolvimento crítico com relação à prática profissional, questionando o contexto econômico e social e a forma da profissão intervir na realidade social.

Por fim, avaliamos que, apesar da categoria profissional passar por períodos inertes, estagnada por uma identidade atribuída, nós contamos com um parcela de profissionais atentos às mudanças conjunturais e às necessidades de mudanças profissionais na atenção e respostas condizentes às demandas que foram se formando ao Serviço Social concomitantemente às revisões e alterações das legislações que respondem pela intervenção dessa profissão, na especificidade dos Códigos de Ética Profissional que apontam um direcionamento para o trabalho profissional mediante o contexto histórico real.

CÓDIGOS DE ÉTICA DA(O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1986 E 1993: CONTEXTO DE UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA

O item anterior apresentou, no movimento das mudanças dos códigos de ética no Serviço Social, que a dinâmica estabelecida pelo contexto histórico político, econômico, social e cultural de uma sociedade atribui às diferentes profissões uma avaliação constante de suas práticas profissionais. Nessa

perspectiva, o Serviço Social não foge ao preceito, pois as constantes demandas que surgem no âmbito da intervenção profissional estão em constante movimento e se transformam conforme as mudanças da relação capital e trabalho. Essas mudanças apresentam nos códigos de ética no Serviço Social, os quais vêm sendo historicamente debatidos no cerne da categoria profissional. Tais debates têm apontado novos valores para a intervenção profissional e assinalam rompimentos com determinadas concepções e conceitos teórico-metodológicos.

A mudança leva à análise de que o Código de Ética de 1986 representou um marco de distanciamento ético e ideopolítico do Serviço Social, vinculado ao pensamento neotomista, ao funcionalismo e ao conservadorismo que fundamentavam os Códigos de 1947, de 1965 e o de 1975, bem como a busca do rompimento com uma identidade atribuída que fora questionada por grande parte das(os) profissionais assistentes sociais no período do Movimento de Reconceituação. Assim, evidenciam-se para o Serviço Social novos valores, novos direitos e deveres junto aos usuários, aos programas e às deliberações institucionais, de tal maneira que qualifica a intervenção profissional nas conquistas e na viabilização dos direitos aos usuários.

Tais transformações encontram um caminho de abertura e qualificação a partir da reformulação do Código de 1986, requintando uma formação profissional que, segundo Barroco (2001), tenha capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que lhe dê fundamentação para uma análise de conjuntura, para elaborar e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais e demais atribuições constantes na Lei de Regulamentação da profissão e no Código de Ética de 1986. Dessa maneira, esse novo código procurou responder às novas demandas e necessidades da profissão, priorizando a pesquisa como fonte de informação e de conhecimento para a intervenção profissional, na perspectiva da apreensão do movimento dialético da realidade.

Dentre essas propostas, Yamamoto (2001) defende que a década de 1980 marcou uma travessia de maturidade intelectual e profissional das(os) assistentes sociais, com destaque para a busca da qualificação profissional, o crescimento da produção científica com as pós-graduações, a prioridade à pesquisa, fazendo com que o Serviço Social se tornasse objeto de sua própria pesquisa ampliando seu leque de discussão, e a reformulação curricular em 1982. Um movimento de qualificação de grande parte da categoria profissional que culmina na necessidade da reformulação do Código de Ética de 1986.

Por que uma reformulação em um período de tempo tão curto? Bem, os estudos vêm ressaltando que apesar dos avanços propiciados pela reformulação do Código de Ética de 1986, muitos profissionais encontravam dificuldades em compreenderem a dimensão dos fundamentos na perspectiva das orientações para a intervenção profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Conforme Paiva e Sales (2000, p. 176), este Código;

mostrou-se, em certos aspectos, insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico, e apresentou fragilidades quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional.

Considerou-se que o Código de 1986 exaltava o como fazer em função do dever ser, um dever ser a ser pensado, analisado e fundamentado em princípios éticos definidos na direção do fortalecimento do projeto político-profissional que vinha se alicerçando na década de 1980 e que se consolida na década de 1990. Fragilidades que para Barroco (1996, p. 279–280) tornam fundamental a revisão, haja vista que a formulação do Código de Ética de 1986 ainda:

[...] expressa[va] uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreendendo as mediações e peculiaridades da mesma. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso

profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar. [...] podemos afirmar que ele está aquém dos avanços teóricos–metodológicos e políticos efetuados na década de 80. (CFESS, 1986)

Desse modo, a revisão do Código de Ética de 1986 ocorreu no sentido de articular a normalização a intervenção da(o) assistente social a valores éticos voltados para a identificação da historicidade e dos interesses coletivos de uma sociedade. A categoria, em conjunto com as entidades representativas da profissão, teve um papel fundamental através dos seminários, encontros, congressos, entre outros eventos e acompanhamentos como respostas aos impactos causados pelas mudanças societárias, contribuindo de modo substancial para a capacitação continuada dos profissionais. Os eventos procuraram discutir as fragilidades do Código em função de seus limites teórico–metodológicos no trato de sua operacionalização junto aos usuários.

O movimento que evidencia a função de um Código de Ética Profissional se origina de necessidades sócio–históricas e é resultante de uma trajetória de estudos e embates de uma categoria profissional que questiona, se robustece e não se afasta dos rumos ético–políticos que fundamentam as

discussões coletiva do momento histórico. Isso se dá na convicção de que o trabalho profissional da(o) assistente social deve estar articulado aos interesses populares, no sentido de viabilizar e ampliar os direitos sociais para a conquista e consolidação de um mundo mais humano, igual e livre.

Esses mais de 30 anos têm destacado que o esforço coletivo realizado para a revisão do Código de 1986, para a aprovação do Código de Ética de 1993, representou ganhos imensuráveis na tradução e materialização de diversas situações inerentes ao trabalho profissional da(o) assistente social. Abrangeu ainda no âmbito dos dilemas éticos, a definição e precisão na objetivação dos valores e princípios éticos universais, na conquista de uma identidade construída pela categoria profissional, falando não a uma identidade atribuída com valores e direção alheia à profissão.

O movimento da história da década de 1980 no Brasil corrobora com a profissão com a aprovação do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993, sobretudo seus onze princípios, considerados referência na construção do conhecimento e no fortalecimento do trabalho profissional, no compromisso ético e político, que remetem para uma construção dialética, expressiva de articulação e complementaridade de valores centrais da vida em sociedade. Assim, os onze princípios são apresentados abaixo:

I – **Reconhecimento da Liberdade** como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II – **Defesa Intransigente dos Direitos Humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III – **Ampliação e Consolidação da Cidadania;**

IV – **Defesa do Aprofundamento da Democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; (“democracia blindada” sob o comando do grande capital)

V – **Eliminação de Todas as Formas de Preconceitos**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VI – **Garantia do Pluralismo**, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VII – **Posicionamento em Favor da Equidade e Justiça Social;**

VIII – **Opção por um Projeto Profissional Vinculado ao Processo de Construção de uma Nova Ordem Societária**, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero;

IX – **Articulação com os Movimentos Sociais de Outras Categorias Profissionais** que partilhem dos princípios desse Código e com a luta geral dos trabalhadores;

X – **Compromisso com a Qualidade dos Serviços Prestados à População e com o Aprimoramento Intelectual na Perspectiva da Competência Profissional;**

XI – **Exercício do Serviço Social sem ser Discriminado(a)**, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, grifos nosso).

A análise desse princípio vem confirmar que o campo de atuação do Serviço Social contempla a particularidade de estar inserida(o) nas contradições e tensões do cotidiano, entre os conflitos éticos e morais. Tratar as tensões na esfera da moral pode ser propícia a uma interpretação que reproduz a discriminação, a interferência na esfera da singularidade do usuário. A escolha por um referencial teórico-metodológico e ético-político crítico é uma exigência para a libertação do conservadorismo que, de tempos em tempos, procura se fortalecer na profissão.

Nesse sentido, o princípio que configura esse duplo sentido de direitos e deveres apresenta a necessidade do respeito ao diferente, uma postura ético-político profissional que retrate o modo de ser e de agir dentro da sociedade. Em tempos atuais, a contradição, a violência e a repressão ganham evidência e se materializam nas mais diversas formas de discriminações e preconceitos. Fatos que são vivenciados diariamente nos meios de comunicação, através da violência contra as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência, contra as escolhas religiosas, bem como o racismo e a homofobia/transfobia, entre outros seguimentos. Exemplos que não se evidenciam somente nos meios de comunicação, mas fazem parte do dia a dia do trabalho profissional das(os) assistentes sociais.

Os desafios analisados nos levam a reiterar que o Serviço Social é uma profissão que se encontra inserida na divisão técnica e social do trabalho. Com Raichelis (2020), acrescentamos as divisões sexual e étnico-racial do trabalho, compreendendo que o debate das relações sociais de sexo e étnico-racial estão presentes nas relações de trabalho, interferindo substancialmente nos salários e nos espaços ofertados. Para a autora:

Esse é um grande desafio a ser enfrentado pela categoria profissional, a rigor desde 1993, quando o Código de Ética incluiu como um dos seus valores fundamentais o combate a todas as formas de discriminação e preconceito, o que desde então nos convoca a enfrentar o debate sobre o racismo estrutural e institucional, a sociedade patriarcal e as desigualdades de gênero, na esfera pública e privada, sobretudo no mercado de trabalho, como parte da sociabilidade capitalista no Brasil (Raichelis, 2020, p. 14).

Enfim, analisar como esses princípios refletem na prática profissional descortina um Serviço Social comprometido e empenhado em discutir, analisar e esclarecer posicionamentos que integram a dimensão do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Ainda, a análise nos leva à compreensão de que, apesar dos períodos diferentes da ideologia neoliberal com sua vasta mundialização do capital financeiro, a categoria profissional

tem enfrentado estes novos cenários com conhecimento e luta contra todas as formas de violação de direitos posto nessa sociedade do capital.

Podemos enfatizar que o projeto ético-político, dentre suas expressões, o Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 é desafiado por essa estruturação da sociedade capitalista que direciona os interesses do projeto societário a valores individualistas e excludentes. As transformações societárias trazem alterações no mundo do trabalho, nas instituições, no Estado, nas profissões. Vivenciamos o acirramento da exclusão social que tem acarretado no aumento do desemprego, da concentração de renda e da exploração da força de trabalho, refletindo na precarização das condições de vida dos usuários e, conseqüentemente, no trabalho da(o) profissional assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer algumas considerações, reiteramos que, devido à inserção do Serviço Social na divisão técnica, social, sexual e étnico-racial do trabalho, a ação profissional se depara com diversos limites e contradições. No entanto, isso ocorre em qualquer espaço institucional e requer um profissional

comprometido com o projeto ético-político da profissão, colocando-o como um dos grandes desafios aos profissionais que praticam e anseiam pela democracia. Assim, faz-se necessário elaborar meios, alternativas profissionais que não somente enfrentem as expressões da “questão social”, decifrando o contexto do qual elas emergem, como também criem respostas de enfrentamento para com as diversas formas de injustiças sociais praticadas na sociedade. Pode-se, contudo, dizer que essa é, hoje, a razão de ser do Serviço Social e que, indubitavelmente, não é a única, mas que tem se configurado como hegemônica. Concretizar esse projeto não é tarefa fácil, mas é possível, a partir do momento em que se rompa com a falta de consciência política e de classe e se tenha o caminho profissional, conforme enfatiza Iamamoto (2001, p. 78), iluminado pelos princípios constantes no Código de Ética, não o tendo esquecido como um documento qualquer que se “guarda na gaveta”, mas necessariamente dando-lhe vida no trabalho profissional.

Sob estas apreensões, de acordo com Batista (2014), coloca-se em evidência que é essencial uma direção social profissional que crie o novo, ou seja, que permita que a história comece a ser percebida enquanto campo de batalha, que os princípios do atual Código não sejam simplesmente postos sob a lógica do mundo das necessidades, mas, ao contrário, que

priorizem e instaurem o movimento concreto e verdadeiro em necessidades e liberdade.

Após esse estudo, de referência à ética profissional, de uma identidade atribuída para uma identidade construída pela categoria profissional, fica evidente que os novos desdobramentos do desenvolvimento capitalista trazem à tona novas expressões da questão social que atingem diretamente a classe trabalhadora e refletem nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo das profissões. Os locais públicos e privados evidenciam, na particularidade da profissão do Serviço Social, alterações no espaço sócio-ocupacional de trabalho, na relação contratual e na formação profissional. As empresas propõem transformar os trabalhadores em seus parceiros, elaboram-se projetos, programas que se encarregam de retirar dos próprios trabalhadores os direitos conquistados.

Nesse contexto, a profissão do Serviço Social é convocada a responder às novas exigências do mercado. No entanto, as(os) assistentes sociais vêm encontrando dificuldades para responder às novas exigências do desemprego estrutural, da seleção de pobreza e, ao mesmo tempo, lidar com a dita transformação do trabalhador em parceiros, uma vez que a categoria profissional, conforme Iamamoto (2001), não vem conseguindo antecipar-se

aos fatos e tem ainda que vencer a um grande obstáculo, os valores conservadores encravados nas bases das relações profissionais desde sua origem e ao seu ressurgimento nos últimos anos na vida em sociedade. Enfim, mediante tamanhos desafios, passados e presentes, recorreremos a Iamamoto (2001, p. 80), a qual marca uma participação ativa em seu tempo, na certeza de que essa categoria, apesar de todas as dificuldades, tem ousado sonhar, lutar e resistir aos obstáculos por acreditar na história, acreditar na atualidade dos princípios do Código de Ética da profissão “construindo o futuro, no presente”.

REFERÊNCIAS

BARROCO. M. L. S. *Ontologia social e reflexão ética*. Tese de Doutorado. PUC – São Paulo, 1996.

BARROCO. M. L. S. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001a.

BATISTA, A. A. *Trabalho, questão social e Serviço Social*. Cascavel: ADUNIOESTE, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 15. ed., 2010.

PAIVA, B. A; et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. *In: BONETTI, D. A. et al. Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 159-173.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In: Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília, 2020.*

SIMÕES, C. A ética das profissões. *In: BONETTI, D. A. et al. Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 60-70.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, 2000. p. 19-3*

Serviço Social e luta antirracista: O trabalho das/dos assistentes sociais

Waldeir Eustáquio dos Santos¹⁴

“E talvez esta seja a “descoberta” de que o Brasil mais precisa, neste momento, como eu precisei anos atrás, para desobedecer à ausência e para viver na existência.” (Kilomba, 2020, com adaptações)

INTRODUÇÃO

Os últimos anos, desde 2002 até a presente data, foram marcados por políticas de combate ao racismo no Brasil. Assim, a partir desse marco inicial, o presente texto traz um convite à

¹⁴ Graduação em Serviço Social, mestre e doutor em Relações Internacionais (PUC/MG). Professor e Chefe de Departamento do Curso de Serviço Social da PUC MINAS. Membro do Grupo de Estudos Anticoloniais e do Grupo de Estudos Serviço Social: história e sociedade.

reflexão sobre a grave crise humanitária vivenciada no país, pois as situações de racismos aqui vivenciadas devem ser assim denominadas. Não se pode mais permitir a negação, a omissão, a indiferença do Estado e de parte da sociedade diante da situação de mulheres e homens negros. Ações e debates desejam despertar cidadãs e cidadãos para os impactos causados pelo racismo, que gera feridas e impede que a vítima do racismo tenha uma vida digna e plena de direitos. Por isso, a discussão em torno do legado histórico e do antirracismo serão as bases para a construção desse artigo.

De acordo com pesquisa do Atlas da Violência, a população negra, jovem e de baixa escolaridade constitui-se como as principais vítimas de mortes violentas. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. “Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra”, afirma a pesquisa. Destacam-se, portanto, os números alarmantes de mortes violentas entre jovens negros, tema que possui destaque no presente estudo. Em tempos de preocupação global com direitos humanos universais, num país que celebra 35 anos de vigência de uma Constituição democrática e cidadã e que traz na Carta o racismo como crime inafiançável, urge a seguinte inquirição: O que explica a violência contra a população negra?

Ao olhar o passado, percebe-se que em todo o período colonial, durante aproximadamente três séculos, o Brasil foi fortemente marcado pelo tripé: grandes latifúndios, trabalho escravo e a monocultura. Instituiu-se neste país uma sociedade literalmente dependente do trabalho escravo. Se de um lado os escravizados foram colocados na parte mais baixa da camada social, considerados legalmente como animais e coisas, do outro, constituiu-se uma elite latifundiária capaz de, arbitrariamente, conduzir os rumos do país ao sabor de seus próprios interesses.

De acordo com Santos (2012), se faz necessário analisar a formação sócio-histórica brasileira associada ao modo de produção para que assim seja possível compreender a questão social¹⁵ e suas refrações na sociedade. O desenvolvimento precário da Metrópole e sua mentalidade desprovida de visão do futuro deixaram um pesado legado para os brasileiros em termos de formação social. Neste país, ocorreu um massacre da população indígena; um descaso com a agricultura de subsistência; uma completa negação do direito da educação para as camadas populares; uma confusão entre o público e o privado; a inserção marginal do negro como sujeito escravizado, objeto

¹⁵ A questão social de acordo com Netto (1992) é categoria de análise importante, pois é fruto da relação desigual entre capital e trabalho e se expressa em suas refrações e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento.

sem qualquer valor humano; e a formação de grandes propriedades territoriais agrárias concentradas nas mãos de poucos indivíduos.

Em suma, durante todo o século XIX, o uso das instituições políticas e jurídicas para os interesses particulares dos escravocratas ficou evidente nas mais diversas decisões políticas: na manutenção do regime de escravidão mesmo com uma Constituição Liberal, adotada em 1824. Isso foi observado na política de contrabando que manteve o tráfico de escravos à revelia da lei anti-tráfico de 1831; na lei de 10 de junho, de 1835, que estabeleceu a pena de morte para réus escravizados; na aprovação da Lei de Terras de 1850 que antevia a futura liberação dos escravos e já previu mecanismos de negação das terras para essa camada social; no lento e gradual processo político que culminou com a abolição da escravatura sem qualquer alteração substantiva na ordem social e racial desigual instituída por séculos neste país.

1. SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O Código de Ética Profissional (CEP) é um documento que tem como finalidade direcionar a conduta dos profissionais a ele submetidos. No caso do Serviço Social, o CEP deve simbolizar a

defesa da categoria e da sociedade na qual o assistente social é partícipe e opera com suas habilidades para que a vida seja diferente daquilo que é imposto pelo contraditório sistema capitalista. Esse texto foi produzido num momento de grandes dificuldades e desafios para a categoria: financeirização da economia, precarização do ensino e do trabalho, aumento significativo da violência e banalização da vida são alguns dos problemas vivenciados pela sociedade. Por outro lado, o momento era propício para resistir, lutar, articular-se e ter cada vez mais compromisso com o projeto defendido por essa profissão.

Em 2023, o Código de Ética completou 30 anos, prova da maturidade profissional e de que o documento consegue dar respostas a anseios da categoria. Numa perspectiva comparativa, o CEP de 1947 (o primeiro) ficou vigente por 18 anos, até ser substituído em 1965. O Código atual é o de 1993, que entrou em vigor através da Resolução CFESS nº 273/93. De 1993 a 2011, foram quatro pequenas alterações, mas que, do ponto de vista do fortalecimento do PEP, foram significativas. As modificações foram apresentadas pelas Resoluções do CFESS nº 290 e nº 293, de 1994, pela Resolução nº 333, de 1996, e pela Resolução nº 594¹⁶,

¹⁶ O 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS deliberou pela alteração do Código de Ética do Assistente Social. Foi formulada uma resolução específica (Resolução CFESS 594, de 21 de Janeiro de 2011), que, em seu artigo 4º, introduz no texto a linguagem de gênero adotando a forma feminina e

de 2011. Antes desse CEP, a categoria conheceu o de 1947, 1965, 1975 e 1986; os três primeiros eram ainda carregados da lógica conservadora do início da profissão.

Algumas perguntas surgem para a reflexão do Serviço Social e a luta antirracista. Será que o Serviço Social brasileiro é de fato antirracista? O projeto hegemônico dessa categoria é marxista, mas desde quando a categoria se preocupa com o povo preto? Onde estão os estudantes pretos de Serviço Social? Onde estão as(os) professoras negras(negros)? É preciso entender, inclusive, se o aporte teórico do marxismo é suficiente para entender a temática e o quanto esse desafio pode ser incomodo para a categoria profissional. A obra da colombiana Ruby Esther León Diaz, denominada “Os reveses da ausência – as questões raciais na produção do Serviço Social no Brasil de 1936 a 2013”, contribui para responder parte das questões aqui pontuadas.

1.1 Dos 04 (quatro) Princípios que qualificam um assistente social antirracista

Assim sendo, destacam-se nesse trabalho 04 (quatro), dos 11 (onze) princípios do Código de Ética da e do assistente social:

masculina, o/a, os/as. Para construção deste capítulo, será adotada a forma tradicional sem, contudo, perder a dimensão do respeito à questão de gênero e da luta dentro do Conjunto CFESS/CRESS e da sociedade em geral.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Há um entendimento dentro da categoria profissional que o Código de Ética de 1993 atenda às demandas e/ou exigências históricas. Contudo, ainda é um documento negligenciado por parte dos profissionais, e essa situação deve sempre ser cuidadosamente observada. O Código tem como objetivo apresentar o “dever ser” e o “fazer profissional”; não deve ser um documento que se consulte apenas no momento da realização de concursos públicos. “O Código de Ética é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social.” (Barroco; Terra, 2012, p. 35). Ainda, segundo as autoras, uma ética profissional demanda posicionamentos

orientados por valores e por referências teóricas. São essas teorias que norteiam o trabalho no cotidiano, possibilitando uma postura crítica e ética diante das demandas apresentadas.

Diante do exposto, o coletivo dos assistentes sociais, organizado principalmente por seus Conselhos Regionais e Federal, se posiciona contrário a “todo tipo” de discriminação, seja de etnia, raça, gênero ou outros. Os profissionais são contrários à visão de democracia e liberdade pregada pelo sistema capitalista, que privilegia o indivíduo e incentiva a prática do “salve-se quem puder” ou aquele que for mais forte sobrevive na luta cotidiana. Este coletivo defende valores éticos de igualdade, solidariedade, respeito às opções/escolhas e fraternidade. Que esses valores possam conduzir esta sociedade para uma transformação social de fato.

Os princípios inscritos no Código de Ética são, pois, normas jurídicas. Nessa medida, sempre que a representação ou a denúncia se referir à violação dos princípios, será passível de enquadramento para apuração juntamente ou não com as demais regras que possuem relação com os fatos denunciados (Barroco; Terra, 2012, p. 133).

A liberdade é o valor ético central, aquela com capacidade para desenvolver potencialidades e habilidades. Não há liberdade de fato na sociedade capitalista; assim, o objetivo desse princípio

é debater e defender a emancipação humana, democracia e autonomia. A liberdade será alcançada definitivamente quando todos os homens forem livres, pois não é um princípio individual, mas coletivo.

A promoção e a defesa intransigente de todos os direitos são compromissos éticos e políticos do Serviço Social brasileiro e firmam o compromisso com a ampliação e consolidação da cidadania no Brasil.¹⁷ Assim como no caso da cidadania, a democracia é um preceito fundamental para a efetivação do projeto ético-político em Serviço Social. Devem estar assegurados na ação profissional, a equidade, justiça social e universalidade de acesso aos bens e serviços. A eliminação de preconceitos é um princípio fundamental para o exercício profissional e todo assistente social deve lutar para que as diversas formas de preconceitos sejam extintas.

2. COMO SER ANTIRRACISTA

Um dos primeiros passos para quem deseja ser antirracista é entender que o povo preto existe, conforme descrito na epígrafe deste texto, citando Grada Kilomba. Seja na Igreja, seja no terreiro

¹⁷ Sugestão de leitura: CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

das religiões de matriz africanas, nas favelas ou nas áreas mais desenvolvidas socialmente e economicamente, o povo preto quer viver na existência e dignidade, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo. O antirracista precisa entender que negras e negros não querem mais ser ignorados ou tratados como um ser em negativo, como um “não-ser”. No Brasil, o povo negro representa cerca de 56% da população que precisa ser reconhecida e respeitada como seres humanos. Portanto, chega de ausência; é hora de viver na existência.

Ser antirracista é compreender que o racismo é barbárie e não pode mais ser reproduzido. Não se pode mais aceitar as piadas, os estigmas, os olhares estranhos das pessoas não negras. Esses atos violentos começaram nos porões dos navios saídos do litoral do continente africano e são manifestos ainda hoje no Brasil e em várias partes do mundo. Portanto, a violência pressupõe um sujeito, um objeto e uma ação; isso define uma forma tradicional de atrocidade contra a vida humana. Na verdade, esses termos são difíceis de serem verbalizados, expressados ou conceituados; podem estar tão naturalizados que passam despercebidos pela própria vítima. Uma definição única ou estreita de violência pode nos levar a falácias e a equívocos (Galtung, 1969).

Há uma disputa social (uma luta) para impor uma definição de violência, assim sendo ela;

“... está presente quando seres humanos estão sendo influenciados de maneira tal que suas realizações atuais somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais.”¹⁸ (Galtung, 1969, p.168).

Neste caso, todas as violações ao ser humano implicam em limitar sua capacidade e potencialidade mental, o que permite entender que existem várias formas de brutalidades que afetam a vida e a dignidade da pessoa humana e no racismo não é diferente. A discriminação racial e mesmo a negligência histórica do Estado brasileiro em relação à população negra são uma evidente forma de violência.

Ainda de acordo com Galtung (1969), dois conceitos aqui descritos são relevantes para a construção do texto: a) paz negativa – ausência de violência direta, mas manutenção de cenário de violência estrutural – portanto, não é necessariamente benéfica; b) paz positiva – ausência de agressão direta e estrutural, em um cenário de distribuição igualitária de poder e recursos. Ou seja, tudo aquilo que ofende as necessidades humanas básicas e mais amplamente a vida, fazendo com que o

¹⁸ “...violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations.”

nível real desça abaixo dos níveis satisfatórios – é violência. O autor classifica três tipos de violência: a direta (visível), a estrutural e a cultural, que são invisíveis. Desta forma, convencionou-se que estes três aspectos correspondem ao que se chama de “Triângulo da Violência” de Galtung.

A violência direta é perceptível quando as perseguições policiais miram pessoas das periferias e favelas, majoritariamente negras. Também quando em confrontos entre policiais e pessoas envolvidas em situação de tráfico de drogas, a condenação à morte é decretada pela polícia. Além disso, se dá ainda em situações nas quais homens e mulheres negros são condenados judicialmente por portarem 0,01 gramas de maconha ou cocaína, sendo considerados traficantes. A violência direta está presente quando agentes da polícia ou do exército fuzilam um carro de uma família (de pessoas pretas) com mais de 80 tiros, por engano. Isso demonstra que o racismo é algo tão cultural e estrutural que primeiro atiram, depois perguntam de quem se trata. E o pior é que o próprio Estado reproduz essa cultura do ódio e da morte. (Ribeiro, 2019)

O racismo está presente na estrutura social; na economia, na política, nas instituições, nas mídias sociais e no comportamento das pessoas. Assim sendo, quando o contexto da violência estrutural e todos os elementos descritos por Galtung

(1969) são analisados, há quase uma identificação desse conceito com o racismo estrutural cunhado por Sílvio Almeida. Sendo assim, ser antirracista é ser contrário ao sistema que pré-estabelece, ou melhor, que determina os lugares para negros e não negros. Os primeiros geralmente em posições de subalternidade, os outros sempre em lugares de privilégios. A estrutura social não será transformada tão facilmente, mas é preciso começar e se faz urgente desconstruir o imaginário social que associa o negro e preto a tudo de ruim e errado.

Outro aspecto importante do debate é a violência cultural, que completa a perspectiva do triângulo. Para isso, é necessário entender que aspectos culturais legitimam e validam as outras formas de violência: a física e a estrutural. Para compreender o racismo religioso esse aspecto da teoria de Galtung é fundamental. Os aspectos ideológicos são consequências do discurso hegemônico, colonialista, que promove experiências racializadas. Consequentemente, tem-se racismo e racialização como parte do processo dominador dos corpos e, aqui especificamente, das religiões ligadas aos corpos negros. (Galtung, 1969, p. 173; Hall, 2013, p. 372).

A violência cultural pode ser associada, por exemplo, ao ódio contra as religiões de matriz africana. Um estudioso que debate bem esse assunto é Sidnei Nogueira com a obra

“Intolerância Religiosa”. O preconceito ou racismo contra as religiões de matriz africana são evidentes quando se considera que “no Código Penal de 1890, previa-se também a punição: ao crime de capoeiragem; ao crime de vadiagem; curandeirismo; ao crime de espiritismo” (Campos; Rubert, 2014, p. 5). Não é de se estranhar, portanto, que a adesão a essas religiões tenha sido feita sempre de modo escondido. Para os não-negros, os elementos do passado africano não eram vistos como estratégicos no processo de apagamento da identidade e da cultura daquele povo.

De acordo com Nogueira (2020), entende-se que o processo de deslegitimação e violência contra as religiões de matriz africana está ligado também a um processo de racismo epistêmico; há um ataque sistemático a todo conhecimento e experiência social relacionado ao povo negro e suas tradições. O racismo religioso destrói a religião, as crenças, a história e as memórias; e funciona como uma alternativa hegemônica da elite sexista e racista de dominar corpo, alma e coração. Ele busca criar no dominado uma perspectiva de assimilação da cultura e da ideia do dominante. Por outro lado, o racismo epistêmico funciona como ferramenta complementar, pois, à medida que estabelece relações desiguais de saber, promove a extinção de diversas formas de conhecimento dos povos inferiorizados.

O racismo epistêmico, de acordo com Nogueira (2020), inviabiliza e torna inferior tudo aquilo que for produção de conhecimento que se origina de negras e negros. Essa inferiorização do saber remete à ideia de incapacidade e retoma a perspectiva racista e biológica da falta de inteligência do negro. Assim como tudo relacionado ao povo negro, sendo a morte o objetivo final, esse racismo pode ser denominado epistemicídio. Ou seja, o esvaziamento, a ocultação, a anulação de toda produção de conhecimento cultural e social afro-brasileiro. O epistemicídio e o racismo religioso apagam a memória e destroem a identidade.

Para ser antirracista, informe-se sobre o racismo. As pessoas precisam entender o que é o racismo, saber que existe, como ele opera e como afeta a vida das pessoas negras. No Brasil, o povo negro foi vítima de diversos aspectos ideológicos, dentre eles, a ideia de convivência pacífica entre as raças. O mito da democracia racial foi, provavelmente, o mais difundido e durador. Ele defende a igualdade entre as raças, mas busca criar a figura mítica do mulato(a) como produto nacional por excelência. O mulato(a) é o fruto da abertura e da convivência entre as raças. Todavia, sabe-se que a mulher negra foi sempre tida como objeto sexual, violada e violentada pelo senhor de engenho. A intenção por trás desse fenômeno era assimilação da raça negra, pois com

o surgimento do mulato, a população negra seria gradativamente enfraquecida¹⁹. A mistura de raças seria positiva e venceria obviamente aquela superior – a branca. O processo miscigenador falhou, porém criou uma crise identitária, uma sociedade que não se via branca, mas também não se aceitava negra ou parda²⁰. (Ribeiro, 2019)

É necessário que os não-negros enxerguem a negritude. As pessoas negras não se reconhecem como tal, já que, infelizmente vivem um processo de desconstrução e destruição de sua identidade. Qual o motivo? Joice Berth (apud Ribeiro, 2019, p. 24), diz: “não me descobri negra, fui acusada de sê-la!”. Tudo que é preto ou negro tem ligação direta com algo ruim ou que simboliza o mal. Obviamente ninguém quer ser associado a “coisas” pejorativas e conseqüentemente, não quer se identificar com elas. Ser antirracista é quebrar os paradigmas e reorganizar as expressões que foram cunhadas por séculos no Brasil.

O racismo afeta a identidade? A identidade é algo em construção, está em constante transformação, é algo inacabado

¹⁹ Autores como Fonseca (2009) e Nascimento (2017) utilizam os termos extinção ou eliminação completa da raça negra. Esses termos faziam parte da política do Governo dos tempos imperiais até o Estado Novo de Vargas, contudo, sabe-se que são políticas que permanecem implicitamente ainda hoje.

²⁰ Tema abordado por Dagoberto José Fonseca em *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009, páginas 75 a 96.

e que sofre influências de diversos setores da sociedade. A sociedade é fruto da interação entre os povos, consequência do espaço de diálogo entre setores. No caso do povo negro, as interações foram predominantemente no sentido de destruir identidade e raça, sempre no intuito de promover o branqueamento do negro, sendo, portanto, uma interação perversa. O negro foi atacado através de diversos mitos, que trazem consequências para a identidade do povo negro ainda hoje.

De acordo com Munanga (2020, p. 54), a elite no Brasil busca a construção de uma identidade nacional para, principalmente, suplantar a ideia de identidade negra, para chegar em um só povo e uma só nação. O que caracteriza e demarca o modelo de construção da identidade brasileira é a figura do “mulato” como um tipo socialmente aceito. O mulato posteriormente se transformaria no mestiço, e a ideia então seria criar uma sociedade unirracial e unicultural, nas palavras de Munanga (2020, p. 91). A política de branqueamento de desconstrução da identidade negra é, portanto, uma estratégia de genocídio. Ao invisibilizar o negro e sua identidade, também se joga para o segundo plano as religiões afro-brasileiras.

Uma pessoa antirracista precisa entender que ser branco no Brasil é privilégio. Uma pessoa que se diz contrária ao racismo

deve estar atenta aos lugares destinados ao povo de pele preta. Os cargos de gestão, os empregos no exterior, os cargos com altos salários, as melhores escolas, os bons locais de moradia – são espaços majoritariamente ocupados por brancos. Essa condição pode ser associada à ideia de violência estrutural já mencionada; ela está na estrutura e esses fenômenos são facilmente naturalizados. É urgente reconhecer e mudar esse cenário. (Ribeiro, 2019)

Ser antirracista é reconhecer que existe um racismo internalizado em você, isso não significa que você seja uma pessoa ruim – é da estrutura. Na conjuntura atual não cabe dizer apenas que “não sou racista” é preciso se policiar com as palavras, é importante se posicionar diante de atitudes racistas. Dizer que tem amigos pretos ou que seu cabeleireiro é negro não resolve e não altera nada na estrutura. É preciso educar os filhos, comentar com os vizinhos, falar nos encontros de família, racismo não é “mi...mi...mi” como dizem. O racismo incomoda, machuca e mata. (Ribeiro, 2019)

É preciso falar de cotas raciais – ou um nome que assusta menos – ações afirmativas. Pode-se falar sobre qualquer tipo de cotas no Brasil, pois elas sempre existiram, o problema é que se for cotas raciais tudo muda, a discussão fica acalorada e surge até uma ideia de racismo invertido, o que não existe. Racismo é

criação de brancos. As cotas raciais funcionam como uma ação de desagravo, elas devem ter um tempo estabelecido para acontecerem e buscam reparar a dívida histórica do Estado brasileiro para com os corpos pretos. Na luta antirracista, todos devem defender a política que permitirá às mulheres negras e aos homens negros maior capacidade de enfrentarem os desafios da vida a partir da educação.

Pensando em ambientes de trabalho, quantas pessoas negras atuam em grandes empresas ou em renomadas fábricas? Estão em cargos de gestão ou chefia? Ser antirracista é perceber que as empresas usam a figura do negro único, ou seja, contrata-se um homem ou mulher negra para dizer que a empresa é inclusiva e antirracista. Ressalta-se que isso não é suficiente. É necessário que políticas de inclusão sejam pensadas no âmbito do Estado e das Organizações para que negras e negros possam desenvolver suas habilidades e conhecimentos em espaços de gerência e gestão. Não cabe na contemporaneidade anúncios racistas e discriminatórios como no passado (Ribeiro, 2019).

Ser antirracista é ler autoras e autores negros, e fazer esse exercício significa dar voz, resgatar e respeitar seu lugar de fala. Isso não quer dizer que brancos estejam fora da luta, muito pelo contrário, todo branco deve ser antirracista. Contudo, entender que o homem e a mulher negra falam de algo que vivenciam

cotidianamente é fundamental. Só o negro entende os olhares estranhos, a porta do banco que trava, a segurança do supermercado que o segue no momento da compra. Ser antirracista é lutar contra tudo isso. É não aceitar o epistemicídio, nem aceitar o apagamento da história e da identidade de um povo. (Ribeiro, 2019)

Lutar contra a discriminação racial é não aceitar mais o ódio contra as religiões de matriz africana; a aversão ao povo negro. Ser antirracista é entender as estatísticas. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Existe um genocídio do povo negro no Brasil em andamento e não pode continuar. Resgatando Abdias Nascimento, o genocídio é real e concreto. “Assim, o genocídio negro consiste na compreensão das estruturas de poder e dominação que molda as relações sociais no Brasil desde o processo de Abolição” (Aquino, 2017, p. 12).

A palavra genocídio está ligada ao uso de medidas deliberadas e sistemáticas, preparadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural. Esse ato visa proibir o direito de existir a grupos humanos inteiros, violando e extinguindo sua cultura, língua e instituições. O uso do termo genocídio é, nas

palavras de Nascimento (2017), terrível e chocante para os conservadores, mas não é possível encontrar outra palavra que expresse o que aconteceu e acontece nas terras brasileiras. O genocídio é um evento institucionalizado, sistemático e silencioso. O negro foi condenado a viver em um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano, como igual. Portanto, reconhecer o genocídio e criar estratégias para que os negros tenham chances de viver mais e melhor é ser antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi demonstrado ao longo do texto que alguns mitos e políticas foram pensados e defendidos durante anos e que esses elementos têm significado importante naquilo que tem sido tratado como genocídio do negro brasileiro. O mito da democracia racial busca reafirmar que neste país negros e brancos possuem as mesmas condições de vida, nega o racismo e apresenta o Brasil no cenário internacional como o país da miscigenação. Políticas como a do branqueamento, desenvolvidas desde o início do século XX, apresentam a intenção de assimilação, mas, para além disso, de aniquilação da população negra brasileira. A política de branqueamento é essencialmente fruto da ideia de superioridade do branco sobre o negro. Esses mitos podem ser enquadrados

dentro da perspectiva da violência cultural, pois utilizam-se símbolos e, às vezes, da própria religião para justificar determinado elemento ou episódio.

A utilização do mito acima descrito, da política de branqueamento e de outros fenômenos provocaram uma crise humanitária de grandes proporções no Brasil. Desde o Império, passando por diversos governos na era da República e chegando nos dias atuais, uma vez que o Estado brasileiro vem buscando cada vez mais formas de punir mais e melhor o negro. Seja através da construção de complexos penitenciários ou colocando a polícia e o exército nas favelas, seja com precárias condições de moradia, seja com pouco investimento em educação, saúde e outras políticas sociais públicas. A omissão, negligência e irresponsabilidade estatal pensada e planejada há muito, abandonam o negro nas mais diversas situações de violência e opressão.

Por fim, acredita-se que para ser um assistente social antirracista o profissional deverá despir-se dos seus pré-conceitos; já que sua atuação exigirá um olhar atento às diferenças ao plural. Será necessário sempre respeitar as crenças e principalmente, as religiões de matriz africanas, que já se sabe, são as mais perseguidas. Deve-se ter uma atenção às falas e aos escritos, pois ambos devem estar livres de falas que discriminam

pela cor da pele e religião. Você assistente social deve se posicionar contra o racismo – o silêncio não resolve, ao contrário, fere também. Ler e promover autores negros e autoras negras; e para finalizar entender que o racismo existe – infelizmente!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social – Comentado*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

CAMPOS, I. S.; RUBERT, R. A. *Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa*. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. XI, p. 293–307, 2014.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Legislação e resoluções sobre o trabalho do assistente social*. Brasília: 2011.

DIAZ, R. E. L. *Os reverses da ausência: as questões raciais na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936–2013)*.

FONSECA, D. J. *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009, p. 75–96.

GALTUNG, J. *Violence, Peace, and Peace Research*. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik organizadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Kilomba, G. Prefácio. Fanon, F. *Peles negras, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora. 2020.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, S. *Intolerância Religiosa*. São Paulo: Sueli Carneiro. 2020.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

SANTOS, J. S. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ARTIGO 4

Instrumentos e técnicas e o compromisso com os serviços prestados à população²¹

Fabiana Aparecida de Carvalho²²

*O ser humano tem duas grandes fomes: a de pão e a de beleza. A primeira é saciável, a segunda é infindável.
Contista Cubano*

INTRODUÇÃO

É imensa a alegria de compor a programação do Seminário Regional Serviço Social, história, lutas e compromissos, do curso de Serviço Social da Universidade de Montes Claros/MG. O convite

²¹ Texto síntese de fala proferida no Minicurso: “Instrumentos e técnicas e o compromisso com os serviços prestados à população”, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, no dia 25 de agosto de 2023, durante o “Seminário Regional Serviço Social, história, lutas e compromissos”.

²² Pós-Doutorado e Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP, Mestre em Educação pela UNESP. Graduação em Serviço Social pela UNESP. Docente do Curso de Serviço Social da PUC–Campinas/SP.

foi aceito com honra e admiração que se justificam pelo processo de trabalho que nos brinda com o resultado que compartilhamos nesse momento: um auditório lotado por discentes do curso de Serviço Social, docentes, supervisores de estágio, assistentes sociais do município e da representação do CRESS.

O objetivo de refletirmos sobre os instrumentos e técnicas e o compromisso com a qualidade nos serviços prestados se constitui, inicialmente, de avigorarmos a indissociabilidade das dimensões constitutivas do Serviço Social, da não hierarquização entre elas e de sua fundamental articulação. Além disso, dialogarmos sobre alguns dos instrumentos e da leitura necessária dos contextos e das demandas para que sua utilização corrobore com o fortalecimento da democracia, com a socialização das informações e da efetivação de direitos. Ora,

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir a rota oposta do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. [...] As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles ao contrário, consideram imutáveis, mas o seu significado (Marx, 2008, p.97).

Ler no real aquilo que não se expressa no imediato constitui a compreensão de uma realidade composta de múltiplas

determinações, contraditoriedades, historicidade, particularidades e heterogeneidades. Esse exercício, que já é complexo *per si*, não foi facilitado pelo contexto da extrema direita e seu veneno negacionista e obscurantista no Brasil, evidenciado especialmente na gestão da crise sanitária de Covid – 19.

Nesse contexto, certamente, são mais evidentes a urgência e a relevância de potencializarmos a instrumentalidade de assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio ocupacionais. Como reconstruirmos criticamente a textura interna do real, de sua dinâmica e estrutura, ou seja, de sua essência? Sujeitos que vivem;

processos que interferem nas múltiplas dimensões da vida, que alcançam a esfera da cultura, da sociabilidade, da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores (Yazbek, 2014, p.682).

Partimos, então, no nível reflexivo, no plano da abstração em “aproximações sucessivas” que partem do “concreto” em direção ao “concreto pensado” (Netto, 2011). Esse caminho faz com que se reconstrua o movimento do real e faça o caminho de volta até o objeto e constituir o “concreto pensado”.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida

também da intuição e da representação (Marx, 2008b, p. 258-259).

Assistentes sociais que atuam no Brasil o fazem em um país da via de desenvolvimento colonial de exploração, de economia dependente, cujo contexto sócio-histórico revela inúmeras violências estruturais, como a violência de gênero, o racismo e a compreensão da criança como objeto de satisfação do desejo/poder do adulto, o machismo, a LGBTqiap+fobia, dentre tantos outros.

1. NOTAS INICIAIS SOBRE INSTRUMENTALIDADE E SERVIÇO SOCIAL

Sobre a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2007, p.38) afirma que “é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional” [...].

A década de 1990²³ reúne um conjunto das principais produções acerca do tema. Esse período, ao qual Netto (1996)

²³ Para que se chegasse a esse horizonte em 1990, a década de 1980 preparou o terreno necessário a partir da construção e das aproximações da análise crítica do mundo e da profissão. Os debates considerando a historicidade, a teoria e o próprio Método, potencializaram as discussões e o próprio modo de saber e fazer profissional dos/as assistentes sociais. Demarcou-se ali, lugares diferentes para a concepção teórico metodológica e para a reflexão dos

atribui a “maioridade intelectual” da categoria, oferece sínteses de autores que refletiram sobre a instrumentalidade na categoria profissional, sínteses essas, já influenciadas pela compreensão do Serviço Social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho. Para o debate, revisitamos as obras de Sarmiento, Trindade, Campagnoli e Guerra, que contribuíram expressivamente. Porém, foi a partir de Guerra (2000) que se foi possível realizar uma análise da instrumentalidade partindo não somente da gênese da profissão, mas de seu significado sócio-histórico na sociabilidade capitalista, afirmando que a atuação desses/as profissionais ocorre no âmbito da reprodução social e possui características específicas.

Desse modo, o debate sobre a instrumentalidade consubstancia-se e ganha corpo no universo da centralidade do trabalho e como condição e/ou capacidade histórica desenvolvida pelos(as) profissionais ao realizarem suas mediações e cumprirem seus objetivos.

Nesse contexto, assistentes sociais são compreendidos como sujeitos sociais no processo de produção do conhecimento,

instrumentos e técnicas. O que, ao longo da construção histórica, criou possibilidades para a reflexão da necessidade da articulação entre eles.

de seus objetivos, ainda que com autonomia relativa e em condições objetivas historicamente colocadas.

O debate recoloca-se com o reconhecimento;

ademais de um agente técnico especializado, como um protagonista voltado para o conhecimento dos seus papéis sociopolítico e profissional, envolvendo exigências teóricas mais rigorosas (Netto, 2001, p. 303).

Assim sendo, os sujeitos sociais profissionais do Serviço Social possuem a capacidade e competência intelectual de pensarem a realidade e agirem nela.

A ruptura com a visão e a condição do técnico, bem como a procura de inscrição da prática do Serviço Social nos quadros complexos da totalidade social, afirmam o estatuto de um profissional que quer entender sua prática e entender-se na globalidade do processo social. E isso representa um recurso indispensável para não nos tornarmos profissionais cooptados (Iamamoto, 2004, p. 180).

Embora as mesmas necessidades sociais possam ser apresentadas às diferentes profissões, o Serviço Social as responde com o que lhe é singular para sua especialização no mundo das profissões.

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa necessariamente este trabalho numa dimensão eminentemente política, colocando em questão o significado e

a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social (Yazbek, 2009, p.15).

Assistentes sociais possuem um conjunto de atribuições e competências construídas historicamente, realizadas em um contexto de relações sociais de interesses antagônicos entre as classes sociais.

Ainda que em um universo bastante adverso, seres humanos são sujeitos históricos com condições objetivas e subjetivas nesse contexto. Nesse sentido, o processo inverso ao da alienação depende, invariavelmente, de ultrapassar a aparência do real. Adentrar nas tramas da instrumentalidade no Serviço Social exige essas primeiras noções, da produção e reprodução da vida no sistema capitalista, da classe social a que pertencem os(as) assistentes sociais, da apropriação da luta de classes, da categoria profissional e direção social do Serviço Social nesse universo e de como se constitui essa classe, que possui raça e sexo/gênero.

Teleologicamente a instrumentalidade estabelece objetivos para a atuação profissional impregnados da intencionalidade estabelecida no cotidiano do exercício profissional. Estabelece também as estratégias e os instrumentos para intervenção.

Nesse processo se constitui o agente do Serviço Social, sujeito da ação profissional, ainda que restrito às condições objetivas dadas. A instrumentalidade, nesse sentido, evidencia-se através de um modo de ser que, de acordo com Guerra (Ibidem), é construído no interior de relações sociais, no confronto de relações objetivas e subjetivas do exercício profissional.

A chamada “instrumentalidade” exige do(a) profissional reconhecer e identificar sobre qual expressão da Questão Social atuará, com que finalidade e a partir de quais estratégias e formas, sendo ele(ela) componente de uma categoria que se coloca contrária a todo tipo de preconceito, violência e discriminação e forceja no fazer mediato a construção de uma nova sociedade.

Ao mesmo tempo, o(a) profissional que realiza o enfrentamento dessas expressões, é também mediatizado/a pelo Estado, com recursos – na maioria das vezes, poucos. O Estado que não é neutro; ele gerencia as demandas do sistema capitalista e atende a seus interesses, administrando a chamada questão social como questão de polícia ou como questão de política, a depender do cenário histórico. Seja através da manipulação política ou da punição, o Estado realiza um papel de administração da pobreza e das mazelas, com a arma na mão: seja ela uma urna, uma bíblia ou uma bala.

Sem enveredarmos para messianismos ou fatalismos, qual é o fim estabelecido para aquela intervenção específica?

Importa termos nitidez do escopo do atendimento em si e do próprio acompanhamento que realizamos junto aos usuários e suas famílias. Importa termos noção das potências e dos limites da atuação profissional, jurídico-legais, histórico- sociais – inclusive para forcejarmos o movimento das barreiras colocadas, se/quando for o caso. Qual a condução desse caminho e quais instrumentos e técnicas poderemos utilizar?

Vale ressaltar que, invariavelmente, as dimensões do Serviço Social são inseparáveis, termos essa noção favorece a criação de um repertório de instrumentos e técnicas, bem como direciona para quando e como utilizá-los.

Iamamoto chama atenção para as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa – que precisam ser compreendidas e articuladas entre si de modo que não;

reifique o saber fazer, subordinando-o a direção do fazer, recusando os espontaneísmo, os voluntarismos, os determinismos e demais 'ísmos' que cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação (Iamamoto, 2004, p. 184).

Podemos dizer que a perspectiva da(o) profissional acerca de sua intervenção, em tese, está associada a sua visão de ser humano e de mundo composta, inclusive, por sua posição no

interior da categoria e sua capacidade de articulação com a direção social hegemônica da profissão. A profissão, inclusive, possui um Código de Ética, Diretrizes Curriculares para sua formação e um posicionamento em defesa da liberdade como essência humana, com intervenção a favor da classe trabalhadora, classe a qual também fazemos parte e que possui raça e sexo/gênero.

2. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE ESCOLHA?

Os instrumentos não existem isolados de um contexto (i)mediato. Nesse sentido, importa realizar aproximações que subsidiem quais recursos serão utilizados tanto para o aprofundamento da demanda quanto para a resposta profissional diante dela, que considere o(a) usuário como sujeito nesse processo.

Demarque-se que esse não se trata de um processo tranquilo e ideal; ele é atravessado pelas precarizações e metamorfoses do mundo do trabalho, o que o torna mais espinhoso esse exercício.

Abordaremos, ainda que de modo breve, a redação técnica e os instrumentais escritos, as entrevistas – individuais e grupais –, a entrevista domiciliar, e, por fim, os trabalhos em grupo.

2.1 Instrumentais escritos – redação técnica

Escrever, registrar os atendimentos nos prontuários, elaborar relatórios, sistematizar o exercício profissional são demandas cotidianas de assistentes sociais. É preciso destacar que essa feitura ocorre, muitas vezes, com telefones tocando, usuários(as) chegando para atendimentos, reuniões acontecendo em salas coletivas. A realidade pode ser bastante diferenciada de um espaço sócio-ocupacional para outro, entretanto, dificilmente encontra-se condições favoráveis para essa construção

Ainda que, em ambiente muitas vezes adverso, a responsabilidade da escrita e de seu conteúdo é determinante, é preciso termos consciência da necessidade de repertório e de preparação para colocá-lo na textualidade. A linguagem constitui em uma forma de mediação com o próprio mundo e é estudada por diferentes autores.

Em nosso minicurso, importa observar que a linguagem escrita é formal e comporá um documento que, via de regra, trata da trajetória de vida de um sujeito e de uma demanda por

efetivação de direito que, na maioria das vezes, apresenta o lugar insuficiente ou ausente do Estado.

Antes da elaboração de um documento, é preciso pensar em que tipo de documento se está elaborando, com qual objetivo, destinatário, capilaridade, sigilo. As afirmações serão possíveis? Favorecerão o direito do usuário? Assim, o arquivo precisa se constituir de fundamentação que não relativiza os direitos, e que, ao mesmo tempo, cuida dos conteúdos que serão expostos.

Se pudéssemos sintetizar o exercício da escrita, poderíamos pensar que “escrever bem equivale a ler bem o próprio mundo.” É evidente que precisamos atentar para elementos contextuais (intencionalidade, informatividade, intertextualidade, situacionalidade, aceitabilidade) e textuais (coerência e clareza); contudo, todos esses elementos só farão sentido a partir de uma leitura crítica de mundo, inserida na sociedade que vivemos.

2.2 Entrevistas – individuais e grupais

As entrevistas são instrumentos de suma importância no exercício profissional. Se o tomarmos como perspectiva da interação democrática e da própria dimensão pedagógica da

profissão, esse instrumento pode ser potencializado exponencialmente.

O Serviço Social é uma profissão que demanda respostas profissionais em todo tempo, o que significa reafirmar que as demandas são objetivamente colocadas aos/às profissionais a cada interação com usuários. Muitas vezes, na intenção de responder aos usuários, os(as) profissionais passam a falar mais que eles: são inúmeras as orientações, as siglas, o “técniquês” a ser repassado. Contudo, a realização de entrevistas, sejam individuais ou grupais, exigem que o profissional tenha firmeza e nitidez no objetivo desse instrumento, na sua condução e na capacidade da escuta sensível.

Existem diferentes técnicas de entrevistas muito bem apresentadas por Lewgoy e Silveira (2007): questionamento, clarificação, síntese integradora, reflexão, silêncio sensível, aprofundamento, dentre outras. Todas elas exigem postura de acolhimento, o planejamento, a execução e o registro.

É importante estabelecer combinados com o(a) usuário/usuária e comunicar questões básicas como o tempo médio da conversa, a possibilidade de apresentar dúvidas e a importância de que o diálogo se estabeleça. Além, evidentemente, é fundamental apresentar o objetivo da conversa e o destino do registro.

2.3 Entrevista/visita domiciliar

Trata-se de um instrumento interdisciplinar. Na perspectiva de ajustamento social, a entrevista/visita domiciliar foi utilizada para conferir bens e descobrir condutas inadequadas dos usuários/usuárias atendidas.

Infelizmente, até hoje, existem questionamentos se os usuários devem ou não serem informados antes da realização desse procedimento. A impossibilidade de aviso ocorre com frequência, pela precarização dos diferentes espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista não saber quando poderão utilizar o veículo ou outras questões operacionais. Ou, ainda, os(as) usuários(as) trocam os números de celulares inviabilizando a comunicação. Contudo, sendo possível, por qual motivo não avisaríamos? Não há qualquer necessidade de um “flagrante”, não somos policiais e não necessitamos chegar surpreendendo os(as) atendidos(as).

Compreendendo que a partir da reconceituação do Serviço Social, existe a tentativa de ruptura com o conservadorismo, com a hegemonia da direção social da profissão, do Código de Ética vigente e da Lei de Regulamentação da Profissão. Urge se nos questionarmos: Para que, então, realizamos a visita domiciliar?

Esse instrumental pode corroborar para o conhecimento da dinâmica interna do núcleo familiar; da relação com o território;

das lacunas ou presença de afirmação de direitos na comunidade; do conhecimento do lócus social e da trajetória do núcleo familiar; da compreensão sociofamiliar; do aprofundamento da relação objetividade/subjetividade, dentre outros.

Contrária a quaisquer posturas policialescas, a entrevista/visita domiciliar é um recurso profícuo que deve ser analisado a partir da autonomia técnica que avaliará a (des)necessidade de sua realização.

Compreensões enviesadas desse instrumental impõem aos(às) assistentes sociais sua realização quase automática, com o objetivo da busca “da verdade”, como se o(a) assistente social, nessa oportunidade, “descobrisse quaisquer elementos escusos”. É evidente que esse não é o objetivo desse instrumental e sempre que existir essa demanda, importa que se afirme: tanto a autonomia técnica para a sua realização ou não, quanto a desmistificação da natureza policialesca é atribuída equivocadamente por sujeitos leigos.

2.4 Trabalhos com grupos

É importante pensar na potência desses trabalhos, e, inclusive, chamamos atenção para a necessidade de ampliarmos sua realização.

Parece ingênuo não associar a pouca utilização desse instrumental em um país que possui em sua história uma continuidade de golpes e lapsos de democracia.

Ora, a vivência com pares e o cotidiano sendo lido criticamente, socialmente referenciado e no viés da educação popular são uma verdadeira materialização da dimensão político-pedagógica do Serviço Social. Assim como os demais, nenhum instrumental pode ser lido ou utilizado isolado de intencionalidade e contextualidade. Se fizermos grupos cada vez mais “formatados e formatadores”, invariavelmente estamos fadados(as) ao fracasso.

O grupo é um espaço vivo, vívido e permeado por movimento. A depender da condução e das possibilidades e limites do espaço sócio-ocupacional, ele revela potências que se materializam no coletivo, no território, na execução de políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos uma reflexão breve sobre a instrumentalidade em sua composição e mediação das dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e já compreendemos que precisam ser cuidadosamente articuladas e não hierarquizadas.

A qualidade dos serviços prestados depende de inúmeros fatores, todavia é imprescindível que a instrumentalidade, na sua perspectiva de totalidade e articulada nas dimensões, seja pilar fundamental.

Ora, é imperativo compreender o usuário como sujeito social, pertencente à classe trabalhadora, que possui sexo, orientação sexual, raça, idade, constituição física, um sujeito inserido em um Brasil, recém governado pela extrema direita, juntando cacos “após” crises sanitárias e política estrutural do capital. Não bastasse esse cenário, o país está incluído na via de desenvolvimento colonial de exploração e de economia dependente.

Sem ilusões, assistentes sociais também se encontram no mesmo cenário, com o acréscimo de que possuem projeto profissional de afirmação direitos, de emancipação política e de forcejamento através da práxis social, da emancipação humana e da construção de outra sociabilidade, para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPAGNOLLI, S. *Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e o seu instrumental técnico*. Dissertação. São Paulo: PUC/SP, 1993.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez. 2000.

GUERRA, Y. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS– UNB, em 2000, foi revisado e atualizado. *A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social*. 2007. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria5_yolanda guerra.doc. Acesso em: 10 nov 2020.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfretamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano XXVIII, n (91). Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEWGOY, A. M. B, SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre; v (6). N. (2). 2007. P.233 – 251.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Livro I, vol. 1. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. In. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

SARMENTO, H. B. M. *Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. Dissertação. PUC: São Paulo, 1994.

TRINDADE, R. L. P. *Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social*. Orientadora: Nobuco Kameyama. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1999.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

YAZBEK, M. C. *A dimensão política do trabalho do Assistente Social, Serviço Social e Sociedade*, n. 120, SP, out/dez – 2014, p. 677 – 693

A dimensão ético-política do Serviço Social e o enfrentamento às expressões do conservadorismo no cotidiano do trabalho profissional

Noêmia de Fátima Silva Lopes²⁴

Até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida na determinada concepção de mundo.
(Gramsci, 2002)

INTRODUÇÃO

Iamamoto afirma que “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista

²⁴ Assistente Social. Mestre pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Especialista em Organização do Trabalho e Serviços no âmbito das Políticas Públicas. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – MG/Unimontes.

industrial” (1993, p. 77), no auge do capitalismo monopolista como Netto (2011) problematiza em seu livro *“Capitalismo Monopolista e Serviço Social”*. Sob uma análise e contextualização histórico-crítica dos complexos sociais em sua totalidade, é importante destacar que “a ‘questão social’ e o seu aparecimento diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (Iamamoto, 1993, p. 127). Trata-se, portanto, de uma realidade de exploração vivenciada pela classe trabalhadora e que permanece latente até os dias de hoje. Contudo, com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, a configuração de exploração amplia e intensifica-se ao seu extremo. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, na mesma proporção, a vida de quem trabalha vai sendo desumanizada de forma exponencial.

Com a expansão da revolução industrial, a “questão social”, que é constitutiva da ordem econômica vigente, revela o aprofundamento e a agudização das suas expressões de forma multifacetada, como afirma Netto (2011). Todavia, a classe trabalhadora não se arrefece, se rebela contra o capital que tensiona o Estado a manter os privilégios da classe burguesa, garantindo a hegemonia da classe dominante.

Considerando a natureza contraditória da relação entre a classe trabalhadora e o Estado, o qual possui como uma de suas

características o *ethos* burguês e conservador, alternativas para enfrentar os conflitos entre capital e trabalho são engendradas. Para este fim, são criadas políticas sociais, que operam com objetivo de mitigar a “questão social” (Netto, 2011). Para o autor, uma das estratégias utilizadas para alcançar o objetivo do capital, nesta relação estreita com o Estado, é a dissociação das políticas sociais da política econômica. Para que isso se concretize, é indispensável que a cultura ideológica e este *ethos* individualista capitalista sejam reproduzidos também pela classe trabalhadora. E, neste sentido, os resultados são desastrosos já que esta dinâmica motiva a fragmentação e a desorganização da classe. Neste contexto, as ações de interferência e transferência das responsabilidades da esfera pública à esfera privada passam a individualizar e moralizar a “questão social” e suas particularidades demasiadamente (Santos, 2012).

Com a apropriação do método do materialismo histórico dialético de abordagem marxista, o presente estudo buscou construir uma análise mais próxima possível da realidade social. Com esta abordagem, os resultados e as análises da pesquisa bibliográfica tiveram sua origem na apresentação do Seminário “*A compreensão e defesa do projeto ético-político profissional na ação “cotidiana” das Assistentes Sociais, num confronto e enfrentamento direto às diversas expressões do*

Conservadorismo”, realizado pelo Curso de Serviço Social da Unimontes em 24 e 25 de agosto de 2023.

Para construção dos argumentos apresentados, concebemos como o principal objetivo deste estudo discutir a importância da dimensão crítica do Serviço Social para efetivação dos princípios éticos fundamentais, os quais orientam o projeto ético político que se posiciona de forma intransigente em contraposição ao conservadorismo. Sobretudo, demonstramos inquietações que procedem no cotidiano (alienado, alienante e alienador²⁵) que, em tese, apresentam desvalores e desafios para superação do imediato, na construção das relações sociais do trabalho profissional. Construindo o percurso, questionamos: quais as implicações deste cenário na defesa e resistência ao projeto ético político do Serviço Social?

A fim de problematizar as principais categorias teóricas escolhidas para orientar a discussão, o estudo foi estruturado da seguinte forma: introdução, três tópicos de desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas utilizadas. O primeiro tópico foi intitulado “A relevância da dimensão ético-política do Serviço Social na análise da dinâmica da sociedade capitalista”. O segundo, por sua vez, recebeu o título de “Serviço

²⁵ Ver Martinelli (2011) e Netto (2012).

Social e as determinações do trabalho profissional no capitalismo”. O terceiro foi nomeado de “Disputas e tensões no antagonismo das classes sociais”. E por fim, algumas considerações finais para prosseguirmos.

Com este propósito, autores(as) de abordagem marxista sustentam teoricamente a compreensão aqui concatenada sobre *“A dimensão ético-política do Serviço Social e o enfrentamento às expressões do conservadorismo no cotidiano no cotidiano do trabalho profissional”*. De forma muito particular, os resultados são compartilhados e publicizados, ressaltando a importância de uma atuação profissional comprometida com a transformação social.

A relevância da dimensão ético-política do Serviço Social na análise da sociedade capitalista

De acordo com lamamoto (2012), é necessário descortinar a realidade; contudo, só é possível uma análise sob este prisma a partir do conhecimento crítico, teórico metodológico e ético político. Entretanto, o que temos experienciado tem sido um forte e poderoso investimento na despolitização da sociedade. Com isso, os impactos refletem na intensificação do processo de alienação (Mészáros, 2006) e ainda mais perverso, na

disseminação de ideias falsas²⁶, negacionistas e reacionárias, como ocorre no Brasil. Infelizmente e com o projeto em curso, presenciamos fatos desastrosos para a sobrevivência de qualquer democracia, grupos da direita conservadora e, de forma explícita, da ultra direita com atributos neofascistas²⁷, se espriam em várias partes do mundo contaminando uma fração da sociedade com ideias de ódio e extermínio.

Desde então, enfrentamos uma ofensiva ao conhecimento científico, o que afeta negativamente atores(as) sociais, o Estado e suas instituições, a democracia e qualquer intervenção social e política deste campo na sociedade. Passamos a conviver em uma sociedade em que se tornou rotina a afronta a professores(as) e pesquisadores(as), à produção do conhecimento científico e crítico, em outros termos, à razão. Nunca foi tão necessário “*defender o óbvio*”, por isso reafirmamos: tudo que há de extraordinário no conhecimento crítico reside em sua natureza processual e dialética. Com este fim, uma ação de transformação da realidade histórica envolve objeto, sujeito e consciência, construídos ao longo de uma trajetória histórica (Freire, 1988). Do

²⁶ As chamadas *Fake News* enquanto fenômeno que atraem um mercado digital nas redes sociais.

²⁷ Consultar: Soares, Luís Eduardo. *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2020. ECO, Umberto. *Contra o fascismo*. [S. l.]: Lumen, 2018. E-book. Escorsim Netto, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

mesmo modo, a partir do momento que estes sujeitos transformam a sua realidade, também são transformados ao mesmo tempo (Marx, 2017) e, a partir desta relação, produzem conhecimento.

No entanto, é importante reconhecer que além de seu encanto, a inquietação e a indignação são inseparáveis do processo de construção do conhecimento no capitalismo. Essa dinâmica ocorre devido às contradições inerentes a ordem do capital, evidenciadas no “cotidiano”, que se manifesta enquanto campo privilegiado de alienação do trabalho e das relações sociais (Martinelli, 2011; Netto, 2012). É um posicionamento que exige estranhamento da realidade e suspensão deste cotidiano e, além de ser uma regra para a análise dos complexos da totalidade social, torna-se imprescindível na construção de mediações na direção da transformação de realidades (Pontes, 2016).

Aqui nos referimos às bases teórico-metodológicas e políticas, necessárias à compreensão crítica dos processos societários da profissão, orientados pela teoria marxista, evidenciando valores e princípios éticos preconizados no código de ética do(a) Assistente Social de 1993, enquanto parte constitutiva do Projeto Ético Político da categoria.

Em sua trajetória profissional e sócio histórica, desde o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo,

especificamente nas últimas décadas, o Serviço Social desenvolveu e amadureceu como profissão. Desta forma, construiu e continua construindo seu patrimônio teórico cultural (Iamamoto, 2012), buscando no trabalho, instrumentos para uma atuação capaz de articular as dimensões teórico metodológico, ético-político e técnico operativa (Guerra, 2012; Santos, 2013; Guerra, 2017).

Marx (2017) ao destacar os elementos que compõe o processo de trabalho (objeto, instrumento e trabalho), o faz a partir de uma dimensão ontológica e de totalidade. Ele expõe as determinações necessárias para que este trabalho seja elaborado de forma criativa, livre e consciente. A relevância em construir, fortalecer e defender o conhecimento crítico, histórico-dialético, que se contrapõe às ideias conservadoras, a qual tem se apresentado de forma demasiadamente perniciosa e incisiva no contexto atual, passa inevitavelmente pelo caminho teórico metodológico de tradição marxista.

Entretanto, vivenciamos a intensificação impositiva da precarização das condições de trabalho como regra (Antunes, 2020), consideramos essa uma das estratégias do grande capital para consolidar a alienação cultural, intelectual e ético-política na classe trabalhadora. Dito isto, observamos que, de forma arquitetada, valores morais do campo individual e privado,

principalmente baseados em princípios religiosos de vieses conservadores e fundamentalistas, assumem lugar de destaque inclusive no cerne dos espaços e instituições e públicas.

A pauta dos costumes camufla perfeitamente as suas verdadeiras intenções;

ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa (Chauí, 2000, p. 89).

como se esta fosse uma organização social possível no capitalismo.

Enquanto isso, o debate indispensável, que deveria estar presentes na agenda e pauta de atores públicos, no que tange as contradições sociais, sobre as desigualdades e a "questão social", é omitido ou camuflado intencionalmente, fazendo com que estas questões sejam naturalizadas através da falsa narrativa de integração, equilíbrio e da tentativa de "consenso e união das classes" para a garantia do desenvolvimento econômico, social e político.

Vale destacar que estamos diante de antagonismos das classes, resultado de uma estrutura reprodutora de desigualdades como é vivenciado com a "questão social" e suas particularidades. Portanto, a "questão social" não pode ser analisada de forma isolada, desvinculada do sistema econômico a qual está inserida.

Ao desconstruirmos as narrativas que tentam dissociar esses dois aspectos, podemos enxergar a realidade de forma mais abrangente e crítica. Compreendemos a “questão social” como,

conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (Cerqueira Filho, 1992, p. 21 Apud: Netto, 2011, p.17)

Corroborando com Netto, lamamoto ao discutir o objeto de trabalho do Serviço Social, também define a questão social a partir dos estudos marxistas e descreve que:

a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (lamamoto, 2012, p. 27).

Esta concepção teórica lança luzes neste caminho para compreendermos as contradições da sociedade, evidenciando o quão nocivo e fatal é para a vida social da classe explorada quando busca-se apartar a “questão social” da estrutura socioeconômica. Logo, a reprodução estratégica capitalista é de que a classe que trabalha e produz a riqueza social, não tem

acesso ao mínimo necessário para satisfazer necessidades elementares da própria sobrevivência; todavia, ela trabalha para garantir a subsistência aprisionada a uma estrutura opressora.

Certos de que a centralidade do capital decorre deste modelo de exploração dos(as) trabalhadores(as) para extração de mais valor, em decorrência deste mesmo arcabouço, assistimos a ampliação e a concentração da riqueza nas mãos dos chamados super ricos da sociedade capitalista. O resultado desta contradição tem fragilizado e, muitas vezes, dizimado uma população que se encontra nas franjas da nossa sociedade; uma população minorizada quanto ao acesso a direitos, à dignidade humana e à justiça social, provocando o aprofundamento da “questão social” de forma exponencial.

Enquanto formos regidos pelo atual modelo econômico, a “questão social” e suas refrações permanecerão no centro e nas bases das contradições sociais (Santos, 2012). Este cenário amplia e precariza as condições objetivas de todas as relações sociais, além de escamotear os direitos humanos de maneira dilacerante e extremamente nefasta, produzindo a barbárie como afirma Mézáros (2011).

De acordo com Netto;

é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teóricos culturais, que tangenciamos nas seções precedentes

que se instaura o espaço histórico social, que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (2011, p. 69).

Já as bases da contradição em que a profissão do Serviço Social se insere, como o autor aponta, permanecem inalteradas. Contudo, a conjuntura se complexificou na cena contemporânea, assim como nas refrações da “questão social”, exigindo maior criticidade profissional e capacidade de construir mediações com intervenções propositivas.

Todavia, é importante reafirmar que a apreensão teórico-metodológica e o compromisso ético-político passam a ser condição *sine qua non* para que esta perspectiva de trabalho do Serviço Social se efetive (Braz, 2019).

SERVIÇO SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL NO CAPITALISMO

A concepção do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e do reconhecimento do(a) profissional como trabalhador(a) assalariado(a) passa pela compreensão do significado social contraditório no âmbito da reprodução das relações sociais. Esta abordagem teórico metodológica e política é determinante nos processos

emancipatórios e participativos, no acesso aos direitos e na defesa de um projeto de sociedade. O contraditório, reforça a subalternidade, naturaliza a “questão social” e atenuam sobremaneira os conflitos sociais.

Partimos do pressuposto teórico sobre a categoria do trabalho ontológico, este que é resultado de uma *práxis*²⁸ revolucionária e se constitui em sua genericidade humana. O trabalho profissional, a formação permanente, a produção de conhecimento e a organização política estão entrelaçadas e são inerentes ao trabalho criativo, consciente, teleológico (Marx, 2017), além de ser comprometido com os princípios éticos, como afirma barroco (2010). A autora problematiza em sua obra, que é fundamentada no reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Um das possibilidades que permite esta construção é a indissociabilidade entre história, realidade, teoria e método. O velho jargão de que “na prática a teoria é outra” se sucumbe e perde completamente o sentido, pois um Serviço Social no movimento da realidade tem a história da sociedade como eixo

²⁸ Ver VAZQUEZ. A. S. *Filosofia da práxis*. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

articulador (Simionato, 2004). A abordagem histórico-crítica da realidade em sua processualidade estabelece a totalidade social em movimento, em suas múltiplas determinações e tendências. Esta abordagem nos coloca para além da singularidade, da imediatidades, mas também da universalidade e particularidade, entendendo a última enquanto campo de mediações (Pontes, 2016).

A concepção teórica do trabalho²⁹ e dos seus processos na análise da realidade social e da profissão como uma especialização deste trabalho, nos permite maior aprofundamento sobre as contradições produzidas e reproduzidas na sociedade burguesa sob a égide do capital. A questão econômica e a cultura ideológica mantêm este modo de produção vivo, de pé. Portanto, mesmo sem sermos donos dos meios de produção, podemos reproduzir o que nos oprime, discrimina e explora inconscientemente.

A adoção de um projeto profissional sustentado em valores de cunho emancipatório, condensa uma direção social contra hegemônica da sociabilidade burguesa. Na dimensão pedagógica da profissão, devemos defender e buscar posicionar a política de

²⁹ A categoria “trabalho” é apropriada teoricamente neste estudo, a partir da concepção marxista.

educação, na proposta Freiriana, a serviço das forças da classe trabalhadora, que luta frente à ordem vigente na busca incansável de instaurar uma nova forma de organização da sociedade.

A “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2023), encontramos neste princípio ético a referência a uma outra sociedade, que só pode ser construída coletivamente. A análise da trajetória sócio-histórica da profissão, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, alimenta o seu significado social e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas neste percurso. É importante dizer que este pensamento também nos permite identificar os padrões impostos de classe, gênero, religião, raça, etnia, orientação sexual (...) sendo bases para o fortalecimento das bandeiras de lutas da profissão.

Do mesmo modo, o desafio é não ficarmos inertes diante da realidade. Iamamoto (2012) afirma que é necessário olhar para frente, para o futuro, com os pés fincados na realidade presente, atentas ao passado. Em outros termos, devemos estar atentas à história da classe trabalhadora e à forma de construção das suas relações sociais no caminho percorrido, pois, a “história de todas

as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (Marx; Engels, 2008, p. 8).

Partindo da premissa de que não se defende o que não se conhece, a coerência entre os projetos individuais, profissionais e societários se torna uma condição fundamental para a defesa do projeto ético-político do Serviço Social. A partir do momento em que há identificação com o conhecimento crítico, com a história das lutas de classe, nos reconhecer enquanto classe trabalhadora, é um primeiro passo na construção e disposição de uma classe para si. Contudo, a inserção de assistentes sociais em processos de trabalho emancipatórios ou alienadores ilustra as condições sob as quais o exercício profissional e suas relações sociais de trabalho se inscrevem (Iamamoto, 1993).

Assistentes sociais são trabalhadores(as); eles(as) sofrem todas as repercussões das metamorfoses do mundo do trabalho como nos lembra Antunes (2011, 2013). Esta realidade se expressa no desemprego estrutural, na precarização das condições de trabalho, no descuido intencional e na insustentabilidade ambiental, no adoecimento da categoria e toda classe trabalhadora, na uberização da vida sob a divisão social, sexual e étnico racial do trabalho, no desmantelamento dos sindicatos, dentre outras expressões.

O trato de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores(as) em suas lutas identitárias e de classe sofre perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo presente. É um cenário elucidado pelas tensões entre a defesa de um projeto de sociedade e a condição de alienação, no marco da luta coletiva dos trabalhadores(as) e do seu reconhecimento enquanto classe (Marx, 2017; Mészáros, 2006).

DISPUTAS E TENSÕES NO ANTAGONISMO DAS CLASSES SOCIAIS

A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem (Gramsci, 2002, p. 184).

É no bojo das relações sociais capitalistas e no cotidiano das relações de trabalho que as disputas teóricas e políticas se fazem presentes. O pensamento conservador cria continuamente novas estratégias a fim de que o ideário teórico-cultural burguês seja reproduzido também pela “classe em si”, afetada diretamente pelo sistema hegemônico e sua estrutura. Nesta análise, nos referimos à arma mais perversa utilizada pelo capital, capaz de furtar a nossa liberdade, a nossa forma de pensar e criar e de nos reduzir a meros objetos de compra e venda do capital, reificando a vida em todas as suas dimensões, assim como, subtraindo a dignidade humana (Marx, 2017).

Bertolt Brecht (s/d) traduz em um de seus poemas uma das centralidades e estratégias do projeto do capital:

privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

O poema do Brecht corrobora com as análises de Netto (2011) sobre os problemas sociais entre o público e o privado, em seu livro *"Capitalismo monopolista e Serviço Social"*.

Para Escorsim Netto (2011), considerando o protagonismo burguês na execução do seu projeto, há uma combinação de estratégias entre conservadorismo e reformismo. “A partir da internacionalização do capital, a burguesia passa a dispor de uma experiência e uma consciência política abrangente, que possibilita macroestratégias” (Netto, 2011, p. 61). A despolitização da classe trabalhadora é uma dessas estratégias, é a condição para que a classe burguesa alcance seus objetivos com o projeto em curso.

Dentre as diversas estratégias, Netto evidencia:

o escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa [...] É dela que derivam as formas típicas e complementares, da estratégia político social da burguesia: a despolitização surge no tratamento da

“questão social” como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental – e aqui se reconhecem as perspectivas “pública” e “privada” [...] (2011, p. 61).

A partir de uma análise fundamentada na tradição marxista, bem como as afirmações de Netto (2011), compreendemos que não existem projetos únicos entre classes distintas. Nesta mesma análise, torna-se evidente que não é possível consenso de classe, pautada na harmonia, na ordem e no equilíbrio, como defende o pensamento positivista, pois as tensões do antagonismo das classes sociais são tensos e se fazem presentes.

O único objetivo do capital é acumular e centralizar riquezas, no entanto, para assegurar esta acumulação, ele dispõe de sua hegemonia contra a classe trabalhadora (Marx, 2017). Nesta lógica, ele constrói artimanhas e subterfúgios insistentemente, garantindo a materialização do seu propósito. A defesa incondicional da propriedade privada e a sua cultura ideológica são constitutivas desta estrutura; do mesmo modo, as incomensuráveis desigualdades, revelam a face impiedosa de desumanização da classe trabalhadora em nome da supremacia capitalista.

A ruptura com a ordem burguesa, implica, necessariamente, desvendar o caráter de mediações mistificadoras entre a infraestrutura-esfera econômica, com interesses antagônicos entre classes – capital e trabalho e a aparência de

neutralidade do Estado, na esfera da superestrutura (Abramides, 2019, p. 41).

No cerne do projeto do capital, o *ethos* individualista se manifesta na estreita relação com o Estado, a fim de preservar os próprios privilégios e interesses, naturalizando e psicologizando a “questão social” (Iamamoto, 1993). Observamos a institucionalização de aplicação de terapias e ações de ajustamento no interior das políticas públicas. A captura do público pelo privado, a transferência de responsabilidades para a sociedade civil e as práticas coercitivas passam a ser reproduzidas e protagonizadas pelo Estado (Netto, 2011). Contudo, a recusa e a crítica ao projeto do capital e a tudo que ele produz ou busca efetivar a seu favor foram construídas coletivamente na trajetória sócio histórica do Serviço Social, em um processo cumulativo (Vasconcelos, 2015). A atuação de profissionais na luta junto aos movimentos sociais e de classe foi ressignificando a profissão e seus ideais. A partir do momento que o Serviço Social se aproxima da tradição marxista, tenciona a ruptura com o pensamento conservador.

Certamente, o conhecimento crítico dialético acumulado ao longo da história, em um passado recente, nos faz perceber que a recusa e crítica do Serviço Social ao projeto do capital não é apenas uma questão teórica, mas também um compromisso ético

político (Mota, 2016). A profissão reconhece que o capitalismo suscita desigualdades sociais e explorações, ampliando as contradições entre a classe burguesa e a classe trabalhadora e, de forma desumanizada com os segmentos minoritários, as populações invisibilizadas e em situação de pobreza extrema, denominadas por Marx (2017) de *lumpemproletariado*.

Assim, a profissão busca identificar nas contradições de classe, as quais são inerentes ao sistema capitalista, as relações de poder e as formas de dominação presentes que são gestadas na esfera produtiva. As disputas nesta sociedade não se apresentam de forma pacífica ou consensual, mas através de enfrentamentos diretos, seja no campo teórico ou político.

A luta pelo poder do grande capital na sociedade capitalista se manifesta no cotidiano profissional (Netto, 2012), através da retração dos direitos da classe trabalhadora, da precarização das condições de trabalho e da violência institucionalizada contra as minorias, que constituem a maioria da população.

Na história da sociedade capitalista, observamos contradições de toda ordem, como as intervenções militares e conflitos armados ou não, frequentemente justificados em nome de interesses econômicos, políticos ou religiosos. Eles são motivados, na verdade, por disputas e tensões entre as classes, culturas e Estados. Podemos citar o que o mundo tem vivenciado

atualmente, bem como na geopolítica, nas relações internacionais e no poder das grandes potências, constituídas pelo bloco dos países centrais. Lamentavelmente, a desigualdade social e econômica continua sendo uma realidade latente em várias partes do mundo.

Os(as) trabalhadores(as) são cada vez mais submetidos a jornadas exaustivas, salários baixos e condições de trabalho degradantes, como os análogos à escravidão. Por outro lado, os donos dos meios de produção continuam acumulando lucros recordes, ampliando a distância entre eles e quem possui apenas a força de trabalho para sobreviver (Marx, 2017; Netto, 2011). Os dados publicados pela *Revista Forbes*³⁰ em outubro de 2023 ilustram alguns dos pontos discutidos nesta análise.

É fato que o imperialismo norte americano sobre o mundo capitalista e a disputa pelo capital financeiro mundial se destacam pelo desenvolvimento tecnológico e pelo crescimento da indústria bélica e armamentista nas últimas décadas (Chesnais, 2003). Decorrente desta conjuntura econômica global, presenciamos a inquietante realidade da imigração, seguida pela fome, pela violência de toda natureza e pelo extermínio frio e bárbaro de

³⁰ Consultar: Revista Forbes. Bilionários 2023: Quem são 10 pessoas mais ricas do mundo em outubro. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/10/bilionarios-2023-quem-sao-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo-em-outubro/> Acesso em: 15 de out. de 2023.

inocentes, pelo racismo com as populações estrangeiras, a população preta e pobre. Diante da mesma estrutura capitalista, o que se revela além de sua nudez, é o agravamento da “questão social” e suas expressões, expondo a sociedade às ruínas e destroços de um sistema econômico autodestrutivo.

Nas cenas registradas pela imprensa mundial e inclusive pelo jornalismo midiático, exemplificamos com a tragédia humanitária dos inúmeros conflitos armados que acontecem pelo mundo neste momento. As atrocidades produzidas por conflitos frequentes como as guerras entre Rússia e Ucrânia, Israel e Hamas, Oriente Médio, a guerra civil na Síria, são escancaradas aos nossos olhos todos os dias. A sociedade burguesa consegue mostrar o que há de pior e mais perverso em sua essência.

O capitalismo imperialista é protagonizado pelos Estados Unidos que, enquanto cúmplice, financia e apoia o genocídio de povos inocentes, “obriga o mundo a ficar de joelhos” diante de “novos holocaustos” a céu aberto, como assistimos neste momento com o povo Palestino. Lamentavelmente, rememorando o extermínio de judeus na Alemanha nazista, comandado por Adolf Hitler.

A sociedade revive de forma trágica o movimento do ciclo do capital, fatos da história que não podem e nem devem ser esquecidos, pois “a tradição de todas as gerações passadas é

como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (Marx, 2011, p. 25). Em outros termos, a autofagia do capital que “nas condições históricas da crise estrutural do capital, o capital representa a produção destrutiva da vida social: destruição do homem como ser genérico (racional e consciente) e destruição da natureza como eco sistema vital do planeta” (Alves, 2019, p. 29).

A história e a realidade social da classe trabalhadora até aqui nos ensinaram e continuam ensinando que as lutas no capitalismo são guiadas pelo seu *ethos* individualista; elas não são simplesmente consequência de uma vontade coletiva ou individual, mas sim o resultado de forças sociais e históricas de determinada estrutura. Isso significa que a luta de classes não é apenas uma questão de pretensão ou escolha, mas sim um produto da dinâmica social, histórica, cultural, política e principalmente econômica.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA PROSSEGUIRMOS

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural. Pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar (Bertolt Brecht, s/d).

A análise crítica incorporada pelo Serviço Social nos permite compreender que as disputas e tensões no antagonismo das classes sociais constituem um elemento primordial da existência sociopolítica e econômica no sistema capitalista. Tais embates não serão erradicados ou solucionados de maneira definitiva no âmbito do capitalismo, uma vez que compõem a própria estrutura do modelo vigente. Contudo, enquanto classe trabalhadora pensar caminhos que a conduz à superação do projeto societário do capital, torna-se uma questão de sobrevivência. O projeto do capital opera no presente sem olhar para o passado que, convenientemente, é esquecido. Além disso, transforma o presente no fim em si mesmo e tão pouco o ressignifica. A permanência neste projeto é a certeza de não nos encontraremos no futuro, pois nele não existe lugar para a classe trabalhadora.

A falta de reflexão crítica e de “um olhar para trás” nos impede de corrigir os erros do passado e de construir um futuro em que a igualdade e a justiça sejam os princípios elementares da estrutura social e o nosso presente não seja apenas a luta pela sobrevivência. Deste modo, estamos diante de uma das principais implicações deste cenário na defesa e resistência ao projeto ético político do Serviço Social.

Retomando à análise do objetivo deste estudo, que foi discutir a importância da dimensão e abordagem crítica do Serviço Social para efetivação dos princípios éticos fundamentais, destacamos as bases que orientam tanto o projeto do capital, quanto o da classe trabalhadora, as quais estão em permanente disputa. O PEP se posiciona de forma intransigente em contraposição ao conservadorismo, reafirmando a importância da consciência de classe sobre as implicações deste cenário de disputas da luta coletiva.

A defesa das argumentações teóricas apresentadas foi sustentada no materialismo histórico dialético, onde buscamos uma aproximação da compreensão da realidade social contemporânea, assim como as provocações feitas ao final. É necessário continuarmos o debate, pois se trata de uma discussão densa e profunda, contudo, necessária diante da consolidação da nossa condição de classe trabalhadora.

Reiteramos nos argumentos o Serviço Social enquanto uma profissão que possui como objeto de trabalho a “questão social” e suas expressões, e atua na contradição entre capital e trabalho. Vale destacar que esta concepção foi construída a partir do movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo. A partir de então, o Serviço Social crítico assume uma posição bem delineada e se consolida em sua trajetória sócio histórica. Com

isso, ele alcança sua maturidade e coletivamente constrói o projeto ético político, como afirmam Netto (2009) e Yamamoto (1993).

O PEP defendido pelo Serviço Social crítico brasileiro possui em suas bases os princípios éticos fundamentais do Código de Ética do Serviço Social de 1993. A profissão contemporânea se orienta por estes valores e, a partir deles, se posiciona e ergue bandeiras de lutas, as quais são caras à profissão. Também se expressa na qualidade da formação e na direção do trabalho profissional, através da articulação das dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa, se revelando ainda na dimensão pedagógica, no trabalho de base e de classe, nos enfrentamentos e resistências que precisamos construir.

O Serviço Social crítico reafirma a importância do reconhecimento enquanto classe trabalhadora, no posicionamento e organização coletiva, frente aos desafios que surgem das contradições sociais. Uma dessas contradições emerge no cotidiano do trabalho profissional, na resistência às práticas emancipatórias, na reprodução de estereótipos e preconceitos, na negação de direitos, no fundamentalismo religioso e na perpetuação de desigualdades e, conseqüentemente, na produção e reprodução de injustiças sociais.

Ao discutirmos a dimensão ético-política do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo, necessariamente torna-se uma condição refletirmos sobre a nossa prática, a fim de buscar alternativas de como atuar de forma crítica e emancipatória. Isso implica questionar as estruturas conservadoras, buscar promover a inclusão social, combater o preconceito e a discriminação, não “abrindo mão”, em nenhuma hipótese, da defesa dos direitos humanos e sociais.

O enfrentamento ao conservadorismo contribui para a formação e o aprimoramento da profissão, fortalecendo a identidade e a capacidade de atuação no cotidiano do trabalho e nos movimentos sociais coletivos, na luta anticapitalista e anti-imperialista, por conseguinte na eliminação das expressões da “questão social” e na superação da estrutura que a constitui.

O capitalismo se alimenta do conservadorismo que, por sua vez, representa uma concepção de mundo que tende a preservar as estruturas sociais e políticas existentes em detrimento dos direitos e das demandas da classe trabalhadora, da população em condição de extrema pobreza (Escorsim Netto, 2011), onde a realidade é a subtração, a violação dos seus direitos, inclusive aos que são elementares à vida, à genericidade e à dignidade humana.

É fundamental promover diálogo e articulação com outros atores sociais que compartilham dos mesmos valores ético-políticos, engendrando o fortalecimento da luta coletiva e de classe, na defesa da democracia, na recusa a todo tipo de autoritarismo, no enfrentamento e eliminação das violências e intolerâncias de qualquer natureza (CFESS, 2023). Essas são apenas algumas das questões que insurgem ao problematizarmos o tema sobre a compreensão e defesa do projeto ético-político profissional na ação cotidiana dos(as) Assistentes Sociais, cientes de que nos colocamos em posição de confronto direto às diversas expressões do conservadorismo, conseqüentemente do próprio capitalismo.

É por meio da reflexão crítica e do engajamento ético político que é possível avançar na construção de uma *práxis* profissional, comprometida com a transformação e a defesa de uma sociedade que não seja sustentada na desumanização da vida da classe trabalhadora e na reificação das relações sociais. Superar o atual modelo econômico da sociedade capitalista tornar-se, a cada momento, uma questão de sobrevivência da classe trabalhadora e da classe em condição de extrema pobreza (Marx, 2017).

Contudo, o maior desafio pressupõe uma postura de pertencimento e de consciência de classe entre nós, que requer um processo contínuo de reflexão e análise das relações sociais e

da compreensão sobre como elas surgem ou, são construídas e reproduzidas no capitalismo. É necessário reconhecer as diferentes formas de opressão e exploração existentes na sociedade e compreender como elas afetam aqueles(as) que estão em posições desprivilegiadas. Esta postura implica em se identificar com a luta coletiva e com a classe trabalhadora. Por isso, ainda temos um longo caminho a ser percorrido, coragem é preciso. Assim, devemos prosseguir pois, “combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2018, p. 107).

O tempo escorre pela ampulheta.

É ele o contador da história que construímos.

O tempo que cura saudades, que em mais-valia capitalista explora cada trabalhador/a na sua labuta.

O tempo é também contradição, que prepara a luta, tece a resistência, da mulher contra sua opressão, dos/as sem-terra contra os latifúndios, dos/as idosos/as contra a indiferença, do povo que resiste ao jugo da tirania e barbárie.

O tempo hoje exige emancipação humana.

Não quer mais silenciar, omitir, ignorar, obliterar.

O tempo quer ser outro, quer se escrever em outras páginas, quer se revelar, ebulir de indignação, denunciar, se revolucionar.

O tempo deve ser o nascedouro da palavra, do grito sufocado por justiça, dos amores libertários que há tempos se escondem em guetos.

O tempo prescinde de poesia, música, da prosa, da roda de viola, deve abrir alas para alegria, para a

diversidade em arco-íris desfilam em paradas em céu aberto e claro do dia.

Este é o tempo do desejo, da defesa dos direitos, de reafirmar atitudes críticas e combativas.

É o tempo da sementeira de sonhos.

Que este tempo que brota da nossa resistência adormeça a dor, a tristeza, o preconceito, o individualismo e que possa colorir o cinza das cidades concretadas cheias de medo, tão insensíveis às pessoas e à flor que reitera na calçada.

Que este tempo possa renovar a alquimia de nossas conquistas de cada dia.

E que o tempo que nós vivemos traga na sua outra face a sonoridade da liberdade, um verde mais vicejante de esperança.

E que em todos os seus versos tenha a emergência da luta e da resistência, no tempo em que lutar é tão necessário quanto viver, respirar...

Tempo de luta e resistência... (Andréa Lima, CFESS).

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético político do Serviço Social: ruptura com o conservadorismo*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ALVES, G. *O declínio civilizatório do capital*. In: SOUZA, EDVÂNIA Â de; SILVA, Maria Luduína de Oliveira. Trabalho, questão social e Serviço Social: a Autofagia do capital.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. *A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i) materialidade e valor*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO; M. L. S. TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, M. Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo. *Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

BRECHT, B. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

CERQUEIRA FILHO, G. *A questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1982.

CHESNAIS, F. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p.43-68.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: direito à cultura*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2000.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*.

Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Acesso em 10 de ago. de 2023.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2014.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017 (p. 49 a 76).

IAMAMOTO, M. V, CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 10 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1993.

IAMAMOTO, M V. *Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. *O manifesto Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélío Schneider, prólogo Hérbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. SP. Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª edição. revista. São Paulo: Boi tempo, 2011.

MOTA, A. E; AMARAL, Â. S. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; AMARAL, Â. (org.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 29–54.

NETTO, J. P; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano conhecimento e crítica*. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. 2009. In: MOTA, A. E; BRAVO, M. I. S; UCHÔA, V. N; MARSIGLIA, R; GOMES, L; TEIXEIRA, M (org.). *Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional*. Brasília: Cortez, 2009. p. 161–196.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano conhecimento e crítica*. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, J. S. “*Questão social*”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, C. M. *Na prática a Teoria é Outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SEGRETAIN, P. L. Bilionários 2023: Quem são 10 pessoas mais ricas do mundo em outubro. **Revista Forbes**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/10/bilionarios-2023-quem-sao-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo-em-outubro/>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, n 8, 2004.

SOARES, L. E. *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2020. ECO, Umberto. *Contra o fascismo*. [S. l.]: Lumen, 2018. E-book.

VASCONCELOS. A. M. *A/o Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VAZQUEZ. A. S. *Filosofia da práxis*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Seminário regional Serviço Social, história, lutas e compromissos: Resgate histórico x desafios profissionais na atualidade

Andréa Alice Rodrigues Silva³¹

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos. A memória bravia lança o leme: Recordar é preciso. O movimento vaivém nas águas–lembranças dos meus marejados olhos transborda–me a vida, salgando–me o rosto e o gosto. Sou eternamente naufraga, mas os fundos oceanos não me amedrontam nem me imobilizam. Uma paixão profunda é a bóia que me emerge. Sei que o mistério subsiste além das águas.
(Conceição Evaristo – Recordar é preciso)

³¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestrado e doutorado Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social (UFRB); Coordenação Regional de Graduação da ABEPSS gestão 2020–2021 "Aqui se Respira Luta"; e Vice-presidente ABEPSS Nordeste gestão 2023/2024 "Em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente!".

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo de reflexões para o *Seminário Regional Serviço Social, história, lutas e compromissos*. O evento aconteceu nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no Auditório do Centro de Ciências Humanas (CCH), no Campus Darcy Ribeiro.

O presente trabalho foi realizado pelos docentes e discentes do Curso de Serviço Social da instituição, apoiado financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e institucionalmente pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS–MG), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelo Departamento de Políticas e Ciências Sociais.

O seminário teve como temática central os 30 anos do Código de Ética profissional e da Lei que regulamenta a profissão e, também, comemorou os 20 anos do Curso de Serviço Social da Unimontes. Este foi composto por duas conferências e dois minicursos. No primeiro minicurso, foram abordados a luta antirracista e o trabalho dos assistentes sociais, refletindo sobre o compromisso com os princípios fundamentais do código de ética. Já no segundo, houve um debate referente aos instrumentos

e às técnicas e ao compromisso com os serviços prestados à população.

A primeira conferência explanou sobre a construção histórica e a importância da regulamentação profissional e também do movimento de elaboração e construção dos Códigos de Ética Profissionais até chegarmos às publicações de 1993. A segunda por sua vez, que é a reflexão que sustenta o presente artigo, refletiu sobre os princípios do código e os desafios ao trabalho e formação e do Serviço Social na atualidade. Neste momento, eu tive a grata satisfação de dividir esse espaço com a docente Noêmia de Fátima Silva Lopes.

Em minha trajetória, participei da conferência enquanto representação da ABEPSS Nordeste. Nesse lugar, fui integrante da gestão passada nomeada de *Aqui se respira luta*, biênio 2021/2022, como coordenadora regional de graduação. E, hoje, estou como vice-regional Nordeste da gestão *Em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente!*, biênio 2023/2024.

Por ter me graduado na Universidade Estadual do Ceará (UECE), que também é a única universidade com o curso de bacharelado em Serviço Social pública de Fortaleza (CE) e região metropolitana, assim como a Unimontes aqui no Norte de Minas Gerais (MG), a participação nesse evento me proporciona um

sentimento de nostalgia e alegria, principalmente por saber a realidade e a resistência dessas universidades frente a governos estaduais conservadores. Desta forma, a colaboração nesse espaço é de grande relevância para mim.

Fiz mestrado e doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e trabalhei um período na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e hoje sou docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Uma universidade jovem, fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de maioria de estudantes negros e negros de baixa renda, mas apesar disso, ou justamente por isso, a universidade conta com uma produção intelectual inovadora pautada nas transformações sociais, dentro de um território de lutas e resistências.

Somos uma universidade multicampi e temos sete centros divididos no território do recôncavo. Estes são:

- Centro de Ciências Agrárias e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), na cidade de Cruz das Almas (BA):
- Centro de Ciências da Saúde (CCS), na cidade de Santo Antônio de Jesus (BA):
- Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), na cidade de Cachoeira (BA):

- Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), na cidade de Santo Amaro (BA):
- Centro de Formação de Professores (CFP), na cidade de Amargosa (BA):
- Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), na cidade de Feira de Santana (BA).

O nosso campus é em Cachoeira (BA), uma cidade histórica, palco das lutas pela independência da Bahia e do Brasil. Além do curso de Serviço Social, temos um programa de pós-graduação. Assim, diante da minha apresentação eu afirmo o lugar de onde eu venho: o Nordeste, mais especificamente o recôncavo da Bahia, e convido vocês a conhecerem um pouco mais do lugar de onde falo.

Ainda nesse momento introdutório, agradeço, em nome do professor e amigo Diego Tabosa, a toda comissão organizadora pelo convite para dialogar com vocês nesse espaço. Espaço, sem dúvida, de construção da história, lutas e compromissos.

Por fim, cabe expor que esse texto é dividido em introdução, uma parte específica sobre os fundamentos ontológicos da ética e sua contextualização histórica, um tópico referente às estratégias para o enfrentamento dos desafios atuais e as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA X CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

Para pensar no contexto histórico de construção do debate ético do Serviço Social e da construção do nosso código de ética atual, precisamos refletir sobre *a história, as lutas e os compromissos do Serviço Social*. Para isso, faz-se necessário compreender os fundamentos ontológicos da ética a partir principalmente das categorias apontadas por Barroco: totalidade, trabalho e práxis.

Assim, para Barroco (2008, p. 25) “A sociedade é uma totalidade organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias”. Totalidade não é, necessariamente, a soma das partes, mas a soma das partes com as suas devidas mediações. Não podemos ter um olhar unilateral ou direcionado, mas uma percepção ampliada. Temos que entender o contexto em que determinada situação está inserida.

Pensando na temática da conferência, *os princípios do código e os desafios do trabalho e formação e trabalho do Serviço*

Social na atualidade, não se pode pensar nos onze princípios³² do código de ética profissional de 1993 de forma isolada. Não são somente princípios, são princípios inseridos no código de ética de uma categoria que carrega uma história e legados de códigos anteriores que fazem parte da memória do Serviço Social e que estão relacionados à história do Brasil e a história mundial.

Isto possibilita a objetivação de uma práxis social, através de um grupo de ser social com capacidade teleológica que pensa,

³² I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

planeja e projeta possibilidades concretizando-as ou não³³ e que, dessa forma, pode realizar escolhas éticas ou não...

O trabalho é parte significativa da vida cotidiana. Ele

(...) como pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis. Para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros da natureza. As mediações, capacidade essenciais postas em movimento através de sua atividade vital. Não são dadas a ele; são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade. Essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na (re)produção do ser social, dá a ele uma caráter universal e sócio-histórico (Barocco, 2008, p. 26).

Na sociedade capitalista, este trabalho é alienado. E, desta forma, a cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamentos, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador.

No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, essencialmente, pelo moralismo, movido por

³³ Dependendo das condições objetivas e subjetivas.

preconceitos. São exemplos dessa ultrageneralização: “todo preto é ladrão”, “toda mulher tem que ser mãe”, “todo homossexual é hipersexualizado ou promíscuo”, entre outros jargões populares. Não se pensa na perspectiva de totalidade e muito menos com um direcionamento crítico e não dominante.

Algumas atividades colaboram para essa direção de ampliação da relação consciente do indivíduo com a generacidade. Estes são: o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética.

Pode-se afirmar que a reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da filosofia, tendo por objeto a moral. Não diferente são os projetos éticos políticos profissionais.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, pública, entre esta, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estudos profissionais (Paulo Netto, 2009, p.4).

Um projeto profissional implica determinadas condições. Ele deve atender a necessidades sociais, realizadas de

determinadas formas, e produzir um resultado objetivo. Nosso projeto ético-político expresso na Lei que regulamenta a profissão (8662/93), nas diretrizes curriculares e no código de ética de 1993 é desafiador, mas antes de dialogar sobre o código de 1993 não posso deixar de citar os códigos anteriores. Estes são: 1947, 1965, 1975 e 1986.

O código de 1947 é o código visto por muitos autores como uma doutrina com base na herança católica crista das irmãs de caridade, pois possui trechos como:

Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus (ABAS, 1947, p.1).

Já os códigos de ética de 1965 e 1975 estão bem relacionados com a conjuntura política da ditadura militar, um código no início desta e outro datado mais ao final do período. Sua relação com o movimento de reconceituação do Serviço Social é, respectivamente, com as seguintes tendências: modernização conservadora e reatualização do conservadorismo. No código de 1965, temos a inserção e no código de 1975 a retirada de pontos importantes, como por exemplo: pluralismo e democracia.

O código profissional de 1986 já não tinha mais o caráter conservador, devido a todo um processo de ruptura com o conservadorismo e construção de um novo *ethos* profissional. Este código é o orientador do código de 1993.

Eu elenco alguns pontos de diferenciação entre estes códigos. Estes são: contexto histórico nacional e específico do Serviço Social, sua base teórica, sua estrutura, questões relacionadas à intervenção profissional, entre outros.

A partir destes pontos, percebe-se que houve todo um processo, todo um contexto histórico, toda uma fundamentação teórica, disputa e luta pela hegemonia teórica que direcionaram a construção dos princípios do código de ética atual.

Um ponto de destaque, que eu gostaria de salientar, é o protagonismo e a articulação das entidades do Serviço Social: conjunto CFESS/CRESSS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)³⁴.

O quadro abaixo sintetiza uma sistematização apresentada na conferência do *Seminário Regional Serviço*

³⁴ Anteriormente conhecido como Subsecretária da União Nacional dos Estudantes (SESSUNE). O CFESS antes era denominado Conselho Federal de Assistentes Social (CFAS) e a ABEPSS era denominada de ABESS, pois ainda não se tinha inserido a pesquisa em sua nomenclatura. Pode parecer uma simples mudança de nome, mas caracteriza todos um processo de construção histórica da categoria de Serviço Social.

Social, história, lutas e compromissos e em algumas aulas da disciplina de ética profissional.

QUADRO 1 – Síntese dos códigos de ética do Serviço Social

Códigos e anotações importantes	Código de Ética de 1947	Código de Ética de 1965	Código de Ética de 1975	Código de Ética de 1986	Código de Ética de 1993
Contexto histórico	Desenvolvimentismo (Jucelino Kubitschek)	Ditadura militar	Ditadura militar e crise do petróleo	Redemocratização	Neoliberalismo
Contexto histórico do Serviço Social	Processo de institucionalização e legitimação profissional	Movimento de reconceituação	Movimento de reconceituação	Movimento de reconceituação III CBAS	Neoconservadorismo
Base Teórica	Doutrina católica – neotomismo	Humanista – laicização	Personalista/funcionalista	Marxismo vulgar	Hegemonia marxista
Código e estrutura	5 Secções	11 Capítulos	4 títulos e 3 capítulos	5 títulos e 4 capítulos	4 títulos e 6 capítulos
Intervenção profissional	Intervenção com o caráter assistencial	Intervenção moralista	Intervenção para organizar e funcionar	Intervenção voltada p/ efetivação das políticas sociais	Inúmeros desafios profissionais
Outros dados para análise	Passo importante na constituição da deontologia da profissão e dogma católico	Inserção do pluralismo	Trabalho em equipe	Surgimento das pós-graduações	Formas de organização do trabalho e vida cotidiana

Fonte: autoria própria.

Diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais que sustentem a “inviabilidade” do nosso projeto ético político atual. Em geral, estes argumentam que o projeto profissional apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados. Nada mais falso e equivocado!

Não podemos ter essa visão pobre de argumentos e pessimista. Justamente em condições adversas é que devemos reafirmar nosso projeto ético e político e nossos princípios, pois estes fortalecem estratégias de enfrentamento aos desafios atuais, a partir de compromissos coletivos construídos pela categoria profissional.

Em síntese, o nosso projeto profissional conquistou hegemonia no Serviço Social; isso não significa que seja o único existente. A ruptura com o monopólio do conservadorismo não suprimiu as tendências conservadoras. (Braz, 2005)

Essa hegemonia se constrói por dois elementos: crescente envolvimento de segmentos profissional nos fóruns e espaços de discussões e multiplicação desses espaços como esse, para, assim, fortalecer nossa história e luta e reafirmar nossos compromissos. Isto ocorre através dos desafios em conjunto com nossas entidades, com movimentos sociais e através de encontros como este.

3 ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS ATUAIS

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a

defesa dos direitos, como processo estratégico da luta democrática e popular visando à emancipação e construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital.

Para isso, é necessária a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional, tentando recuperar uma forte interlocução crítica.

Ainda, é necessário um rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país.

Não menos importante, é fundamental a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais. Além disso, é necessária a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta.

Por fim, é imprescindível o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. Isto para não cairmos nas armadilhas do ecletismo, do imobilismo, do pragmatismo (co-irmão do conservadorismo) e da utopia romântica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe a urgência da articulação entre formação e trabalho profissional. Nesse sentido, a ABEPSS foi no mínimo assertiva ao escolher a pauta prioritária definida pela gestão *em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente! do biênio 2023/2024*, que é uma discussão da questão étnico-racial, pois reconhece o desafio posto a categoria e a necessidade de avanços objetivos como a construção da plataforma antirracista para o fortalecimento do debate uma *virada antirracista* no Serviço Social!

A superação da alienação da sociedade capitalista somente é possível por meio de um aprofundamento do conhecimento crítico da realidade social, do questionamento sobre esse modo de produção e seus respectivos elementos fundantes. Assim, é urgente um movimento de luta pela

superação desse modo de produção que não seja atropelado pela vida cotidiana e reconheça a história e as lutas de um povo e de regiões que atualmente não são detentoras do poder econômico do capital contemporâneo.

REFERENCIAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS (ABAS). Código de ética profissional do assistente social. São Paulo. 1947.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BARROCO, M. L. *Ética: fundamentos sócio históricos*. Biblioteca Básica do Serviço Social v. 4. São Paulo, Cortez, 2010.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. *O código de ética do/a assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. – 2ª edição. São Paulo; Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRAZ. M. Notas sobre o Projeto ético- político da profissão. *In: CRESS/ 7ª região. Assistente Social: ética e direitos*. Rio de Janeiro, CRESS/ 7ª. Região, 2005.

CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE ASSITENTE SOCIAL (CFAS). *Código de ética profissional do assistente social*. São Paulo. 1965.

CONSELHO FEDERAL DE ASSITENTE SOCIAL (CFAS). *Código de ética profissional do assistente social*. São Paulo. 1975.

CONSELHO FEDERAL DE ASSITENTE SOCIAL (CFAS). *Código de ética profissional do assistente social*. São Paulo. 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do assistente social – 1993. *In: BONETTI, D. A; et al. Serviço Social e ética: um convite a nova práxis*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão*. 1ª edição ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

FRANÇA, R. P. *Teoria social de Marx, projeto ético-político e o Serviço Social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades*. Textos & Contextos. v. 12. n. 1. p. 152– 161. jan/ jun. IAMAMOTO, M. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo/SP: Cortez, 2005.

FRANÇA, R. P. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

FRANÇA, R. P. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTTA, A. E; et al. *Serviço Social e saúde: formação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, B. A; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A; et al. *Serviço Social e ética: um convite à nova práxis*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VINAGRE, M. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório. In: FORTI, V; GUERRA, Y. *Ética e direitos: ensaios críticos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Andréa Alice Rodrigues Silva

Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestrado e doutorado Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social (UFRB); Coordenação Regional de Graduação da ABEPSS gestão 2020–2021 “Aqui se Respira Luta”; e Vice-presidente ABEPSS Nordeste gestão 2023/2024 “Em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente!”. E-mail: andreakka@gmail.com

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo-PR. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

Diego Tabosa da Silva

Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, vinculado ao Departamento de Política e Ciências Sociais. Editor da Revista Serviço Social em Perspectiva. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS/UNIMONTES E-mail: tabosa.diego@gmail.com

Fabiana Aparecida de Carvalho

Doutora em Serviço Social, Mestre em Educação e Graduada em Serviço Social. Docente do Curso de Serviço Social da PUC-Campinas/SP. E-mail: biataia@yahoo.com.br

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Assistente Social. Mestre pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Especialista em Organização do Trabalho e Serviços no âmbito das Políticas Públicas. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – MG/Unimontes. E-mail: noemiaunimontes@gmail.com

Waldeir Eustáquio dos Santos

Graduação em Serviço Social, mestre e doutor em Relações Internacionais (PUC/MG). Professor e Chefe de Departamento do Curso de Serviço Social da PUC MINAS. Membro do Grupo de Estudos Anticoloniais. E-mail: waldeirsocial@gmail.com

